



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 004/2026-PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2026-PMC		DATA DE ABERTURA DO CERTAME:28 /04/2026 HORÁRIO: 09:00H LOCAL DO CERTAME: Endereço eletrônico https://www.licitanet.com.br/	
Convênio/TC/ Emenda	Nº TERMO DE COMPROMISSO	Órgão concedente	
Não			
ÓRGÃO MUNICIPAL CONTRATANTE	MUNICÍPIO DE CURUÇÁ/PA		
OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, CONTEMPLANDO DRENAGEM PROFUNDA, SUPERFICIAL E CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VÁRIAS VIAS DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ/PA.		
Registro de Preços?	Natureza do serviço	Instrumento contratual	Forma de Homologação
Sim	Serviços de Engenharia	SIM	VALOR GLOBAL

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 6.373.667,84 (seis milhões, trezentos e setenta e três mil e seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: DIA 28 de abril de 2026, às 09:00H (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

INTERVALO DE LANCES: R\$ 1.000,00 (mil reais)

ENDEREÇO DA DISPUTA ELETRÔNICA: <https://www.licitanet.com.br/>



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



Órgão: MUNICÍPIO DE CURUÇÁ
Modalidade: Concorrência Eletrônica Nº 004/2026-PMC
Processo administrativo: 015/2026-PMC
Tipo: Menor Valor global
Execução: Indireta
Regime: Empreitada por Preço Global

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE CURUÇÁ**, inscrita sob o CNPJ: **05.171.939/0001-32** com Sede na Praça Coronel Horácio, Nº 70 – Centro – CURUÇÁ/PA, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **HAMILTON BRITO DOS SANTOS ALVES**, CPF: **361.916632-34**, realizará Licitação, na Modalidade **CONCORRÊNCIA**, na Forma **ELETRÔNICA**, nos Termos da **LEI FEDERAL Nº 14.133, 01 de Abril de 2021**, **DECRETO MUNICIPAL 128-A de 14 de Dezembro de 2023** e demais legislações aplicáveis e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**.

1. DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, CONTEMPLANDO DRENAGEM PROFUNDA, SUPERFICIAL E CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VÁRIAS VIAS DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ/PA.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros
- 2.2.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.3.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.4.** Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.4.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo(s);
 - 2.4.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.4.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.4.10. Considerando as dimensões e a pouca complexidade do objeto, as quais não parecem limitar o número de fornecedores aptos a participarem do certame, conforme experiências de aquisição no âmbito desta Prefeitura, fica vedada a participação de consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.4.11. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não configurando o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade da disputa, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.4.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.4.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.4.14. O impedimento de que trata o item 2.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4.15. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.4.2 e 2.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6. O disposto nos itens 2.4.2 e 2.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



2.8. A vedação de que trata o item 2.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

- 3.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.9.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.9.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.10.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.10.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 3.14.** Como requisito de Pré-Habilitação, será obrigatório, no momento da apresentação da proposta eletrônica, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta equivalente a 1% (um por cento) do valor total estimado para esta contratação, conforme Artigo 58 da Lei 14.133/2021. Não serão aceitas garantias com percentual abaixo do valor estimado, o não atendimento desta exigência, resultará na desclassificação sumária neste certame, cuja validade deverá ser de 120 (cento e vinte) dias.
- 3.15.** A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a partir da data de assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, devendo a empresa fazer o requerimento.
- 3.16.** Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.
- 3.17.** A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei 14.133/21:
- 3.17.1.** Caução em Dinheiro ou Títulos da Dívida Pública, conforme inciso I: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário, na seguinte conta: Agência: 2272-1 Conta Corrente 406.667-7 (Banco do Brasil), se a caução for prestada em título da dívida pública, deve este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizada pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 3.17.2.** Fiança Bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil e deverá conter:

a) Prazo de validade;



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



b) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento que for devido, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

c) Renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827 e 838 do Código Civil Brasileiro e;

d) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado.

3.17.3. Seguro-Garantia: No caso da opção pelo Seguro-Garantia, este será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a comercializar seguros, e em nome da Secretária demandante deste certame, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato, acompanhada do boleto bancário e seu respectivo comprovante de pagamento e com validade expressa de 120 (cento e vinte) dias.

3.17.1. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <https://www2.susep.gov.br/safe/apolices/app/garantia>

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total dos itens;

4.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo máximo licitado.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta será de no mínimo **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Será adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo de disputa “aberto”. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



- 5.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.19.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (Dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.19.2.** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.19.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.19.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.20.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.20.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.20.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

- 5.20.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.20.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.20.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 5.20.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 5.20.2.2.** Empresas brasileiras;
 - 5.20.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 5.20.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.21.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
 - 5.21.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 5.21.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 5.21.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.22.** O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos complementares.
- 5.23.** Carta Proposta endereçada à Comissão de Contratações em papel timbrado da empresa, contendo: nome, endereço completo, número da Licitação, relacionando ainda, os seguintes itens:
 - 5.23.1.1.** Preço Global em valor numérico e por extenso, observando a Planilha Orçamentária;
 - 5.23.1.2.** Prazo de execução dos serviços;
 - 5.23.1.3.** Prazo de validade da Proposta;
 - 5.23.1.4.** Dados Bancários para pagamento;
 - 5.23.1.5.** Declaração explícita do prazo de garantia integral dos serviços, que deverá ser no mínimo de 05 (cinco) anos, na forma do Novo Código Civil, durante o qual a licitante se compromete em solucionar os problemas decorrentes de falhas ou inadequações do serviço, num prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da comunicação formal, na forma do art. 119 combinados com o art. 140, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.
 - 5.23.1.6.** Assinada por seu representante legal ou por procurador.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



5.24. Planilha Orçamentária, constando:

- 5.24.1.** Item, unidade, quantitativos de preço unitário e preço total;
- 5.24.2.** Discriminação clara dos serviços a serem executados;
- 5.24.3.** Deverão estar incluídos no preço máximo: dissídios coletivos, seguros em geral, encargos de legislação social, trabalhista, previdenciária, infortúnio do trabalho, hospedagem, locomoções, tributos, administração, lucro e quaisquer outras despesas necessárias não especificadas neste Termo de Referência, mas julgadas essenciais à execução do objeto.
- 5.24.4.** Os preços unitários de materiais e serviços utilizados não poderão ser superiores daqueles constantes na Planilha Orçamentária – Anexo do edital.
- 5.25.** Cronograma Físico-Financeiro, que deverá conter:
 - 5.25.1.** Distribuição das etapas ou serviços ao longo do prazo de execução;
 - 5.25.2.** Valores da etapa de execução ao longo do tempo;
 - 5.25.3.** Acumulado mensal e acumulado geral.
- 5.26.** Composição da Taxa de Encargos Sociais, de acordo com regime vigente e conforme tributação da empresa;
- 5.27.** Composição da Taxa de B.D.I., de acordo com regime vigente e conforme tributação da empresa;
- 5.28.** Composição de Preços Unitários (para cada item da planilha orçamentária), de acordo com regime vigente e conforme tributação da empresa;
- 5.29.** A Proposta deverá conter de forma expressa, sob pena de desclassificação:
 - 5.29.1.** Declaração de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, insumos, mão-de-obra, transporte e seguro (se houver), lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título;
 - 5.29.2.** Declaração da licitante de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 5.29.3.** Declaração da licitante se responsabilizando pelo cumprimento de todos os prazos e condições de fornecimento previstas neste Edital e anexos, sobretudo conforme disposições e condições do Projeto Básico – ANEXO I deste Edital, sob pena de sofrer a aplicação de sanções desta Administração na forma da Lei.
 - 5.29.4.** Declaração da licitante de que os insumos, materiais e equipamentos utilizados são de qualidade, primeira linha, originais, em estrita conformidade às especificações técnicas do Projeto Básico e documentos de engenharia;
 - 5.29.5.** Declaração da licitante de oferta de garantia dos serviços, pelo prazo mínimo de 05 (Cinco)



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



anos, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

- 5.29.6.** Declaração da licitante de que se manterá durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.29.7.** Declaração da licitante de que se vencedora se compromete até a assinatura do contrato, a possuir e dispor de escritório de suporte no Município de Curuçá/PA, com instalações, estrutura organizacional e o aparelhamento adequado e disponível para a prestação dos serviços, sendo que, a critério do Município de Curuçá, tais instalações estarão sujeitas a vistoria técnica.
- 5.29.8.** Ainda sob pena de desclassificação da Proposta, deverá a licitante apresentar as seguintes documentações complementares:
- 5.29.8.1.** Declaração da licitante com a indicação de responsável técnico, profissional Engenheiro Civil, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia—CREA, assinada pelo Representante Legal da Licitante, com anuência do profissional indicado.
- 5.29.8.2.** Declaração da licitante de indicação de preposto administrativo responsável pelo escritório da empresa contratada perante o Município de Curuçá, para dirimir questões técnicas e administrativas durante a gestão do contrato e execução dos serviços.
- 5.29.8.3.** Declaração da licitante, relacionando os profissionais que constituirão a equipe técnica da empresa contratada e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços, em conformidade com os requisitos do Projeto Básico, os quais estarão sujeitos à vistoria “in loco” pelo Município de Curuçá.
- 5.29.8.4.** Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, assim como declarar ocorrências supervenientes (caso houver), assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o nº. da identidade do declarante.
- 5.29.8.5.** Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores.
- 5.29.8.6.** Declaração de que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
- 5.29.8.7.** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.29.8.8.** Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a execução da obra de acordo com todas as diretrizes de sustentabilidade dispostas no Edital.
- 5.29.8.9.** No que couber, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, bem como de que está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar, observados os requisitos do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021, no caso das Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Sociedades Cooperativas Equiparadas (SCE).
- 5.30.** As documentações exigidas inclusive a proposta deverá estar devidamente assinada digitalmente em formato PDF, e em relação às planilhas deverão ainda ser enviadas em formato editável (EXCEL), os documentos editáveis podem ser anexados no sistema em pastas zipadas.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



- 5.31.** É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.32.** Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.1.3.** Consulta no Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- 6.1.4.** Será feita a verificação da situação cadastral do CPF (se está ativo ou não ativo) do proprietário da empresa, que for o administrador, o qual irá assinar a futura contratação caso seja vencedor. O CPF deve estar regular perante a Receita Federal.
- 6.1.5.** Consulta no site <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21>.
- 6.1.6.** Consulta da Certidão Negativa Improbidade Administrativa, emitida pelo Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php ([emitida gratuitamente](#)).
- 6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste edital.
- 6.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, conforme descrito em anexo V deste edital;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração conforme o § 4º do art. 59 da Lei 14.133/2021.

6.8. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:

6.8.1. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.8.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio de sistema, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



das propostas;

- 6.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1.** Os documentos necessários para fins de habilitação, estão previstos no **Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia autenticada em cartório ou órgão competente.**
- 7.4.1.** Os documentos exigidos na habilitação não poderão ser substituídos por nenhum tipo de comprovante de pagamento, protocolo ou declaração de entrega ou solicitação que indique que o mesmo se encontra em processo de tramitação;
- 7.4.2.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;
- 7.4.3.** No caso da certidão ou outro documento da habilitação estiver escrito “ **Só terá validade mediante comprovante de pagamento, ou renovação, ou publicação, ...**”, apresentar junto ao documento o que solicita vim acompanhando.
- Exemplo:** Alguns municípios os alvarás só têm validade se estiver acompanhado do DAM com comprovante de pagamento. Em alguns municípios a Certidão de meio ambiente só tem validade junto com a comprovação de sua publicação...
- 7.4.4.** Não será aceito documentos ou certidões cassadas, salvo nos casos das empresas que são beneficiadas pela lei complementar nº 123/2006, em relação à regularidade fiscal.
- 7.5.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.6.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.7.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.7.1.** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital,



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



no prazo de 02 (duas) horas, podendo ser prorrogável por igual período caso seja verificado a necessidade pelo agente de contratação, ou solicitado pela licitante, desde que seja verificado a vantajosidade para administração e interesse da negociação por parte da licitante, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.7.1.1. Pois caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado junto à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, acompanhado por Engenheiro da Prefeitura Municipal de Curuçá/PA, através do e-mail: **semoutcuruca@gmail.com**, a visita técnica é facultativa.

7.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.9. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão verificados, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.9.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1. (duas horas).

7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

- 7.15. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
- 8.3.3. O prazo de 3 (três) dias úteis. Para apresentação das razões recursais será iniciado esse prazo na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br/> e TCM/PA.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



- 9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. Fraudar a licitação
- 9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.2.1. Advertência;
 - 9.2.2. Multa;
 - 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. As peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10(dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



10.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://www.licitanet.com.br/>.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no <https://www.licitanet.com.br/>.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ



(PNCP), endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, <https://curuca.pa.gov.br/portal-da-transparencia/> e TCM/PA (GEO-OBRA).

INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

- 11.10.1. ANEXO I - PASTA TÉCNICA (PLANILHAS, MEMORIAL ETC...)
- 11.10.2. ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS
- 11.10.3. ANEXO III – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
- 11.10.4. ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO
- 11.10.5. ANEXO V- NOTA EXPLICATIVA SOBRE INEXEQUIBILIDADE
- 11.10.6. ANEXO VI – INFORMATIVO SOBRE EXIGÊNCIA DE GARANTIA ADICIONAL

Curuçá/PA, 10 de Abril de 2026.

HAMILTON BRITO
DOS SANTOS
ALVES:361916632
34

Assinado de forma digital
por HAMILTON BRITO DOS
SANTOS
ALVES:36191663234
Dados: 2026.04.10
09:25:53 -03'00'

HAMILTON BRITO DOS SANTOS ALVES
Prefeito

MARCIO DA SILVA
MOREIRA:2646391
1291

Assinado de forma digital
por MARCIO DA SILVA
MOREIRA:26463911291
Dados: 2026.04.10
09:26:44 -03'00'

MÁRCIO DA SILVA MOREIRA
Agente de Contratação PMC



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CURUÇÁ



ANEXO V

NOTA EXPLICATIVA SOBRE INEXEQUIBILIDADE

De acordo com o §4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos, uma proposta é considerada inexecutável quando seu valor total é significativamente menor do que o valor orçado pela Administração Pública. Para obras e serviços de engenharia, a legislação específica que o valor proposto em uma licitação deve ser avaliado para garantir que esteja em um patamar mínimo em relação ao orçamento pré-definido pela Administração.

Cálculo da Inexequibilidade:

Para avaliar se uma proposta é inexecutável, aplica-se a fórmula:

Valor da Proposta \leq 0,75 x Valor Orçado pela Administração

Exemplo Prático:

Considere que o valor orçado pela Administração para uma obra seja de R\$ 1.000.000,00. Uma proposta com valor total de até R\$ 750.000,00 (ou seja, 75% do valor orçado) é considerada inexecutável.

Este cálculo assegura que a proposta mantenha um padrão mínimo necessário para a execução da obra com qualidade e eficiência, sem risco de comprometimento técnico ou financeiro.

E ainda para calcular o percentual de uma oferta em relação ao valor orçado pela administração, você pode usar a seguinte fórmula matemática:

Percentual da Oferta = (Valor da proposta/valor orçado pela administração) x 100%

Esta fórmula lhe dará o percentual que o valor da proposta representa em relação ao valor total orçado pela administração.

Exemplo Prático:

Suponha que o valor orçado pela administração para uma obra seja de R\$ 1.000.000,00 e uma empresa submeteu uma proposta de R\$ 800.000,00.

Identifique os valores:

Valor da Proposta: R\$ 800.000,00

Valor Orçado pela Administração: R\$ 1.000.000,00

Insira os valores na fórmula: $(800.000,00/1.000.000,00) \times 100\%$

Percentual da Oferta: $0,80 \times 100\% = 80\%$ (após conversão do resultado decimal em porcentagem).



**ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CURUÇÁ**



ANEXO VI

DA EXIGÊNCIA DE GARANTIA ADICIONAL

Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

A exigência de garantia adicional não é apenas uma formalidade legal, mas uma medida essencial para assegurar a integridade e viabilidade dos projetos contratados pela Administração Pública. Conforme previsto no art. 59, §5º, essa exigência tem como principal objetivo mitigar os riscos associados a propostas com valores consideravelmente inferiores ao esperado.

Propostas com preços muito abaixo do estimado podem ser indicativas de uma série de problemas potenciais, tais como:

1. Falta de Compreensão do Escopo do Projeto: Uma proposta excessivamente baixa pode sinalizar que o licitante não compreendeu plenamente a complexidade e a extensão dos trabalhos a serem realizados. Isso pode levar a dificuldades na execução do projeto, uma vez que o planejamento inicial não refletiu a realidade das tarefas necessárias.

2. Subestimação dos Custos Envolvidos: Licitantes que apresentam preços muito baixos podem ter subestimado os custos materiais, mão-de-obra, e outros recursos necessários para a conclusão do projeto. Esta subestimação pode resultar em dificuldades financeiras durante a execução, afetando diretamente a qualidade e o cronograma das obras.

3. Capacidade Insuficiente: Propostas abaixo do valor estimado podem indicar que a empresa não possui a capacidade técnica ou financeira adequada para cumprir as obrigações contratuais. A falta de recursos pode comprometer a execução e finalização do projeto conforme os padrões exigidos.

4. Risco de Obras de Má-Qualidade: Para se manter dentro do orçamento reduzido, a empresa pode ser tentada a cortar custos, resultando em obras de qualidade inferior. Isso não só compromete a integridade do projeto, mas também pode gerar maiores custos de manutenção e reparo no futuro, além de possíveis riscos à segurança.

Proteção da Administração e do Interesse Público: A imposição de uma garantia adicional visa proteger a Administração Pública contra esses riscos, garantindo que somente empresas com uma compreensão completa do projeto e uma capacidade adequada para executá-lo sejam selecionadas. Esta medida assegura que o projeto seja concluído conforme planejado, dentro dos padrões de qualidade exigidos, e evita interrupções que poderiam ser causadas por dificuldades financeiras ou técnicas da empresa vencedora.

Assim, a exigência de garantia adicional não apenas cumpre uma função legal, mas também reforça a responsabilidade e a segurança dos processos licitatórios, promovendo a realização de obras públicas de qualidade e eficiência.

Cálculo da Garantia Adicional Conforme Edital

Se a proposta vencedora for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, a garantia adicional será calculada com base na diferença entre 85% do valor orçado e o valor da proposta.

Passos para o Cálculo

1. Verificar se a Proposta é Inferior a 85% do Valor Orçado:

Valor da proposta < 0,85 Valor orçado



**ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CURUÇÁ**



$$V_p < 0,85 \times V_o$$

2. Calcular a Diferença entre 85% do Valor Orçado e a Proposta Vencedora:

Garantia Adicional = $(0,85 \times \text{Valor orçado}) - \text{Valor da proposta}$

$$\text{Garantia Adicional} = (0,85 \times V_o) - V_p$$

Exemplo 1

Vamos supor os seguintes valores:

- Valor orçado = 100 reais
- Valor da proposta = 80 reais

- $V_o = 100$ (valor orçado pela Administração)
- $V_p = 80$ (valor da proposta vencedora)

1. Verificação:

$$80 < 0,85 \times 100 \rightarrow 80 < 85$$

$$80 < 0,85 \times 100 \implies 80 < 85$$

A condição é atendida, pois 80 é inferior a 85 (85% de 100).

2. Cálculo da Garantia Adicional:

- 85% do valor orçado: 85 reais
- Garantia Adicional = $85 - 80 = 5$ reais
- Percentual da Garantia Adicional = $(5 / 100) \times 100\% = 5\%$

$$\text{Garantia Adicional} = (0,85 \times 100) - 80 = 85 - 80 = 5$$

Neste caso, a garantia adicional exigida será de 5 reais, o que corresponde a 5% do valor orçado.

Exemplo 2

Vamos supor os seguintes valores:

- Valor orçado = 2.137.932,04 reais
- Valor da proposta = 1.590.000,00 reais

1. Verificação:

$$1.590.000,00 < 0,85 \times 2.137.932,04 \rightarrow 1.590.000,00 < 1.817.242,23$$

A condição é atendida, pois 1.590.000,00 é inferior a 1.817.242,23 (85% de 2.137.932,04).

2. Cálculo da Garantia Adicional:

- 85% do valor orçado: 1.817.242,23 reais
- Garantia Adicional = $1.817.242,23 - 1.590.000,00 = 227.242,23$ reais
- Percentual da Garantia Adicional = $(227.242,23 / 2.137.932,04) \times 100\% \approx 10,63\%$

Neste caso, a garantia adicional exigida será de 227.242,23 reais, o que corresponde a aproximadamente 10,63% do valor orçado.

Exemplo 3

Vamos supor os seguintes valores:



**ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CURUÇÁ**



- Valor orçado = 617.236,04 reais
- Valor da proposta = 441.999,00 reais

1. Verificação:

$441.999,00 < 0,85 \cdot 617.236,04 \rightarrow 441.999,00 < 524.650,64$

A condição é atendida, pois 441.999,00 é inferior a 524.650,64 (85% de 617.236,04).

2. Cálculo da Garantia Adicional:

- 85% do valor orçado: 524.650,64 reais- Garantia Adicional = 524.650,64 - 441.999,00 = 82.651,64 reais

- Percentual da Garantia Adicional = $(82.651,64 / 617.236,04) \cdot 100\% \approx 13,39\%$

Neste caso, a garantia adicional exigida será de 82.651,64 reais, o que corresponde a aproximadamente 13,39% do valor orçado.

Resumo

- Verifique se a proposta vencedora é inferior a 85% do valor orçado.
- Calcule a diferença entre 85% do valor orçado e o valor da proposta vencedora.
- A garantia adicional será equivalente a essa diferença, tanto em valor monetário quanto em percentual.



TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, CONTEMPLANDO DRENAGEM PROFUNDA, SUPERFICIAL E CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VÁRIAS VIAS DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ/PA.



Índice

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	OBJETO	4
3.	REQUISITOS TÉCNICOS	5
4.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	6
5.	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	7
6.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE	9
7.	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	10
8.	CRITÉRIO E SELEÇÃO	12
9.	MODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	13
10.	CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA OBRA	14
11.	MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA	16
12.	CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO	18
13.	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	21
14.	ESTIMATIVA DE PREÇO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	21
15.	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE	22
16.	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PLANEJAMENTO	24
17.	VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO	25



1. INTRODUÇÃO

O Município de Curuçá, situado na zona do Salgado, nordeste paraense, caracteriza-se por uma urbanização heterogênea e pela carência de infraestrutura básica adequada, especialmente quanto à pavimentação e aos sistemas de drenagem. Essa deficiência resulta em prejuízos significativos à mobilidade urbana, à segurança viária e à qualidade de vida da população.

Este documento tem por finalidade a contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia, contemplando drenagem profunda, superficial e construção de calçadas e meio-fio em várias vias do município de Curuçá/PA, com foco na estabilização das vias, na prevenção de processos erosivos, na melhoria da drenagem e no incremento da qualidade ambiental e da segurança viária. A execução dos serviços deverá observar as normas e padrões técnicos vigentes da Prefeitura de Curuçá/PA e atender integralmente às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e normas da ABNT.

A ausência de um sistema de drenagem eficiente tem ocasionado deterioração acelerada do pavimento e ampliado os riscos de alagamentos e erosões, especialmente durante períodos de chuvas intensas. A elaboração e execução de soluções de engenharia integradas são, portanto, imprescindíveis para garantir a durabilidade das intervenções, a segurança da população e a redução dos impactos ambientais negativos, promovendo maior resiliência urbana e melhoria da infraestrutura local.

A iniciativa está alinhada às políticas municipais de infraestrutura sustentável, contribuindo para o desenvolvimento urbano equilibrado do município.

Os itens seguintes deste Termo de Referência apresentam as diretrizes técnicas, metodológicas e administrativas que nortearão a execução dos serviços.



2. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, CONTEMPLANDO DRENAGEM PROFUNDA, SUPERFICIAL E CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VÁRIAS VIAS DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ/PA.

- 2.1.** O objeto desta Concorrência Eletrônica tem a natureza de serviços comuns de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, XII, da Lei nº 14.133/2021, que justifica a escolha por esta modalidade.
- 2.2.** Os serviços em questão se possuem as seguintes características: **I)** os serviços a serem executados apresentam baixo grau de complexidade técnica; **II)** são executadas corriqueiramente pela administração; **III)** os métodos construtivos, equipamentos e materiais utilizados para sua feitura são frequentemente empregados; **IV)** os padrões de desempenho e qualidade são aferidos através de especificações técnicas usuais; **V)** existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame licitatório. A estimativa dos quantitativos e respectivos códigos dos itens são aqueles discriminados na planilha orçamentária constante no projeto anexo ao edital.
- 2.3.** Os serviços são de natureza não continuada, conforme expresso no inciso XVII do art. 6º da Lei 14.133/2021.
- 2.4.** A presente licitação se dará em lote único, em razão de que a dimensão do lote que comporta o empreendimento é adequada e compatível com a capacidade de execução das empresas que participam de licitações no âmbito desta PREFEITURA. A adoção de lote único para a execução das obras deverá proporcionar ganho de escala na instalação e mobilização dos equipamentos e pessoal alocado, conforme justificativa contida no Estudo Técnico Preliminar. Dessa forma, a divisão em vários lotes comprometeria a viabilidade técnica e econômica dos serviços.
- 2.5.** O prazo de execução do objeto será de acordo com o cronograma físico financeiro.
- 2.6.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do Instrumento Contratual.
- 2.7.** Os prazos de execução e vigência poderão ser prorrogados a critério da PREFEITURA, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
- 2.8.** O escopo contempla a execução integral dos serviços, abrangendo:
 - **Sistema de Drenagem:** execução de captação, condução e dissipação das águas pluviais e subterrâneas, assegurando o correto escoamento e a prevenção de alagamentos e erosões, conforme projeto padrão de drenagem;
 - **Construção de calçadas:** execução de calçadas com acessibilidade, de acordo com a NBR 9050, incluindo declividades e piso tátil;



- **Compatibilização de serviços:** integração técnica entre os sistemas de drenagem, pavimentação e demais infraestruturas urbanas existentes ou planejadas (redes de água, esgoto, energia elétrica e telecomunicações);
- **Impacto Ambiental e Sustentabilidade:** aplicação de medidas mitigadoras que promovam o uso racional de recursos, controle de resíduos, redução de emissões e drenagem urbana sustentável;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A descrição da solução está presente no Estudo Técnico Preliminar – ETP, bem como no Projeto anexo ao Edital, no qual foi definido como solução para a referida Contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Constituição e composição oriunda do uso de materiais/produtos/insumos e mão-de-obra de boa procedência, sob registro e funcionamento de acordo com as legislações correlatas, atender as normas de qualidade, saúde/sanitárias, segurança e sustentabilidade do INMETRO, ABNT, SEMMA e demais órgãos e agências reguladoras competentes.
- 4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:**
- 4.2.1. Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com material proveniente de reflorestamento.

Subcontratação

- 4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Proposta

- 4.4. Será prevista a comprovação de recolhimento de garantia de proposta em 1% (Um por cento) do valor estimado da contratação, como requisito de pré-habilitação, conforme previsão do Art. 58 da Lei nº 14.133/2021, ser prestada nas modalidades previstas no §1º do mesmo diploma legal, cujas condições serão melhor detalhadas no edital.

Garantia da contratação

- 4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.



Vistoria:

- 4.7. É imprescindível o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, a avaliação prévia do local de execução, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, sob pena de inabilitação (Art.63, §2º da lei 14.133/2021). 4.1.2. É recomendado que a licitante vistorie o local in loco antes da elaboração da proposta, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, para execução dos serviços, e, se todas as condições atuais do local da obra correspondem ao prescrito pelo projeto.
- 4.8. A licitante deverá ter pleno conhecimento do projeto básico e ou executivo prescrito para execução da obra. O licitante suportará os encargos e custos decorrentes da alteração de prazo e das alterações e ou adequação no escopo do projeto em pauta.
- 4.9. Quaisquer informações quanto às visitas poderão ser obtidas junto **Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes – SEMOUT, através do Setor de Engenharia**, via e-mail: semoutcuruca@gmail.com , a visita técnica é facultativa.
- 4.10. A visita deverá ser agendada com antecedência e ocorrer em até 01 (um) dia útil anterior a data da sessão de abertura da Proposta de Preço.
- 4.11. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência desta contratação.
- 4.12. Será de responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das instalações, com vistas a proteger o interesse da Contratante na fase de execução da obra.
- 4.13. O não agendamento/cadastramento para realização da visita não impossibilitará o licitante de realizar por conta própria visita ao local.
- 4.14. A diferença nas duas formas de visita se dá em razão de que na primeira o licitante estará acompanhado dos técnicos capacitados a prestarem maiores informações sobre o projeto enquanto na segunda forma a visita será por conta da Licitante não tendo o acompanhamento do técnico da Prefeitura, momento no qual poderiam ser elucidadas eventuais dúvidas durante a visita aos locais.
- 4.15. Justificamos as presentes formas em razão da escassa disponibilidade de técnicos, no entanto é necessário que o licitante tenha o seu direito de visitar o local durante até 48 horas antes da abertura do certame para que então possa elaborar sua proposta corretamente.
- 4.16. Caso a licitante não realize a visita técnica, deverá declarar que renunciou e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e que estar ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos locais de execução dos serviços referentes ao objeto deste certame.



Instalação de escritório

- 4.17.** Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor se comprometa a instalar escritório de suporte no Município de Curuçá/PA, contendo estrutura administrativa mínima, no município de Curuçá, Estado do Pará.
- 4.18.** A empresa contratada deverá manter o valor ofertado bem como cumprir as condições previstas neste Termo de Referência para o bom atendimento do objeto.
- 4.19.** A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato ou equivalente, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação, ou para qualificação, na contratação direta, bem como se obriga a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 4.20.** Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento.
- 4.21.** Para a presente contratação foi elaborado o Memorial Descrito com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

REQUISITOS TÉCNICOS

- 4.22.** A empresa contratada deverá atender integralmente às especificações técnicas e normativas aplicáveis à execução dos serviços, garantindo qualidade, segurança e durabilidade das soluções implementadas, em conformidade com o projeto padrão fornecido pela Administração.

Normas Técnicas:

- 4.23.** A execução dos serviços deverá observar as normas brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais legislações pertinentes, incluindo, mas não se limitando a:
- NBR 9050 — Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
 - NBR 7187 — Projeto e execução de obras de concreto;
 - NBR 15115 e 15116 — Pavimentação de vias públicas;
 - NBR 16416 — Drenagem urbana;
 - NBR 15575 — Desempenho de edificações, quando aplicável;
 - Legislações municipais e diretrizes técnicas emitidas pela Prefeitura de Curuçá.

Diretrizes de Sustentabilidade:



4.24. A execução dos serviços deverá observar as diretrizes de sustentabilidade estabelecidas pela Administração, priorizando técnicas e procedimentos de baixo impacto ambiental, como:

- gestão eficiente das águas pluviais, com retenção e reaproveitamento sempre que tecnicamente viável;
- controle e destinação adequada de resíduos de obra (PGRCC – Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil);
- eficiência energética em eventuais instalações de apoio, sinalização ou iluminação.

Segurança e Sinalização:

4.25. As obras deverão contemplar dispositivos adequados de segurança do trabalho, sinalização de trânsito e medidas de proteção à população durante a execução.

4.26. Os padrões técnicos e especificações poderão ser atualizados durante o desenvolvimento do contrato, mediante aprovação da contratante, para adequação às normas mais recentes ou diretrizes específicas da Prefeitura.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

5.1. O sistema de drenagem atualmente existente na área de intervenção é insuficiente para a adequada gestão das águas pluviais, ocasionando alagamentos frequentes, erosões e degradação do pavimento. A ausência de dispositivos de drenagem profunda contribui para a infiltração de água no subleito, comprometendo a estabilidade e a durabilidade das vias.

5.2. O presente contrato tem por objetivo corrigir essas deficiências por meio da execução de serviços integrados de pavimentação e drenagem, conforme especificado a seguir:

- a) **Sistema de Drenagem:** Execução de sistemas subterrâneos de captação e condução das águas pluviais e subterrâneas, com uso de tubulações, poços de visita e elementos de inspeção, visando preservar a integridade estrutural do pavimento e evitar a saturação do subleito. Execução de sarjetas, canaletas, bocas de lobo e demais dispositivos de captação superficial, de forma a garantir o escoamento adequado das águas pluviais, prevenindo empoçamentos e alagamentos.
- b) **Construção de calçadas:** Execução das calçadas de concreto utilizando materiais que assegurem resistência mecânica, estabilidade e durabilidade. As soluções deverão observar as condições de tráfego previstas e as características geotécnicas do solo local.
- c) **Desempenho e Durabilidade:** Os serviços deverão garantir que, após a execução, as vias mantenham condições adequadas de uso e conforto operacional em diferentes regimes climáticos e de tráfego, demandando mínima manutenção a médio e longo prazo.



- d) **Sustentabilidade e Eficiência Construtiva:** Sempre que tecnicamente viável, deverão ser adotadas soluções sustentáveis, quando tecnicamente viável, como o reaproveitamento de materiais, controle de erosão, e gestão adequada dos resíduos de obra, conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC).
- e) **Controle de Qualidade dos Materiais:** Todos os materiais empregados deverão ser previamente aprovados pela fiscalização e atender às normas técnicas vigentes, com apresentação dos respectivos ensaios laboratoriais.
- 5.3. A CONTRATADA será responsável pela execução dos serviços de drenagem e calçamento das vias do Município de Curuçá, devendo cumprir rigorosamente as especificações técnicas, diretrizes operacionais e condicionantes estabelecidas neste Termo de Referência.
- 5.4. O escopo da contratação compreende a **execução de serviços comuns de engenharia**, conforme projeto padrão. Os serviços deverão abranger todas as etapas relativas à drenagem, calçamento, acessibilidade e demais intervenções correlatas, conforme as normas técnicas vigentes e as exigências dos órgãos de controle e licenciamento competentes.
- 5.5. Os serviços deverão ser executados de forma a se adequar às condições reais do terreno, considerando as informações obtidas em vistoria técnica prévia e nos levantamentos topográficos fornecidos pela contratante. A execução da obra deverá compreender a implantação de sistemas de drenagem, o reforço e estabilização do pavimento, a execução de calçadas acessíveis e dispositivos de segurança viária, bem como a recomposição e acabamento das áreas impactadas.
- 5.6. Compete à CONTRATADA o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços necessários à completa entrega do objeto em condições operacionais, observando as normas ambientais, urbanísticas, sanitárias e de segurança do trabalho aplicáveis.
- 5.7. Durante a execução, a CONTRATADA deverá garantir o acompanhamento técnico permanente por profissional habilitado, devidamente registrado no CREA e CAU, com a emissão e recolhimento das respectivas Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) referentes a todas as etapas de execução dos serviços.
- 5.8. A implantação deverá considerar de forma integrada os aspectos técnicos, funcionais, operacionais e estéticos, visando à facilidade de manutenção preventiva e corretiva, à segurança dos usuários e trabalhadores, à redução do descarte de materiais, à durabilidade e eficiência do conjunto construtivo, e ao atendimento pleno às condições de acessibilidade universal, conforme a NBR 9050/2020.
- 5.9. As especificações técnicas deverão ser observadas integralmente pela Contratada, atendendo às diretrizes da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte



(SEMOUT), bem como às Normas Técnicas da ABNT correspondentes a cada serviço e aos planos específicos das concessionárias de serviços públicos (água, energia, esgoto e telecomunicações). A execução dos serviços deverá assegurar a viabilidade técnica, a adoção dos métodos construtivos definidos no projeto padrão e o cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro.

- 5.10.** A configuração final da via e de seu entorno deverá respeitar as cotas altimétricas e parâmetros geométricos definidos no projeto padrão, garantindo a integração com as vias adjacentes e o entorno urbano existente, de modo a assegurar a funcionalidade, a acessibilidade e o desempenho do sistema viário implantado.

6. MODALIDADE DA LICITAÇÃO E JULGAMENTO:

- 6.1.** A escolha da Modalidade Concorrência se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimos de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, optamos por Concorrência, cujo critério de julgamento será o de menor preço global, e desde já declaramos que os itens não se enquadram como “bem de luxo” conforme disposto no Decreto Municipal nº 124-A.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1.** Optamos pela adoção da **empreitada por menor preço global**, conforme previamente definidas conforme o cronograma físico financeiro.

Uniformes

- 7.2.** Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 7.3.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Valor Estimado:

- 7.4.** O valor global estimado para a presente contratação é de **R\$ 6.372.667,92** (seis milhões trezentos e setenta e dois mil, seiscentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos).

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 8.1.** A empresa contratada será responsável pela execução dos serviços de drenagem e calçamento das vias do Município de Curuçá, assumindo todos os riscos técnicos, operacionais, financeiros, legais e ambientais inerentes à implantação do empreendimento, conforme definido neste Termo de Referência.



- 8.2.** Compete à contratada realizar o planejamento detalhado das atividades de execução, cronograma de andamento da execução de serviços, dimensionamento de equipes e aquisição de materiais, de forma a garantir eficiência, qualidade e segurança na execução das obras.
- 8.3.** A contratada deverá, ainda, identificar os possíveis riscos associados à execução dos serviços, avaliando sua probabilidade e impacto, e adotar medidas preventivas e corretivas adequadas. Essa gestão de riscos deverá ser contínua ao longo de todo o período contratual, contemplando aspectos técnicos (condições do subleito, interferências de redes e drenagem existente), operacionais (logística e circulação local), financeiros (variação de custos e cronograma), legais (licenciamento e normas aplicáveis) e ambientais (controle de erosão, drenagem de águas pluviais, destinação de resíduos e mitigação de impactos), informando e reportando regularmente à Administração quaisquer situações que possam afetar a execução, segurança, qualidade ou prazos da obra.
- 8.4.** Deverão ser previstas e atualizadas medidas de contingência para minimizar eventuais impactos decorrentes da concretização de riscos identificados, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços, bem como o cumprimento dos prazos e metas contratuais estabelecidos, com comunicação regular à Administração sobre sua implementação e eficácia.
- 8.5.** O cumprimento integral dessas obrigações refletirá diretamente na competência, compromisso e capacidade técnica da contratada, sendo condição essencial para o aceite e recebimento da obra por parte da Administração Pública.
- 8.6.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.7.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.8.** As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.9.** O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.10.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das



estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 8.11.** O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 8.12.** O Contratado deverá manter preposto administrativo responsável pelo escritório da empresa contratada perante o Município de Curuçá, para dirimir questões técnicas e administrativas durante a gestão do contrato e execução dos serviços.
- 8.13.** O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 8.14.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 8.15.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 8.16.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 8.17.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 8.18.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 8.19.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 8.20.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 8.21.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.



8.22. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

8.23. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

8.24. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

8.25. Cabe ao gestor do contrato:

- 8.25.1.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 8.25.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 8.25.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 8.25.4.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 8.25.5.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 8.25.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



8.25.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

8.25.8. Receber e dar encaminhamento imediato:

- Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8.26. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

9. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA OBRA

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início dos serviços, o plano de trabalho detalhado, contemplando todas as etapas e procedimentos necessários para a execução ordenada, eficiente e segura das obras de drenagem e calçamento das vias do Município de Curuçá, observando rigorosamente o cronograma físico-financeiro aprovado e as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, em conformidade com o projeto padrão de drenagem e calçamento.

9.2. A execução somente poderá ser iniciada após a emissão formal da Ordem de Serviço (OS) pela CONTRATANTE, que definirá o início efetivo do prazo contratual e autorizará a mobilização dos recursos, equipamentos e pessoal.

Emissão da Ordem de Serviço (Os)

9.3. A Secretaria Municipal de Obras de Curuçá emitirá a Ordem de Serviço com os prazos, o local de intervenção e demais informações necessárias ao pleno atendimento das obrigações contratuais. A emissão da OS dependerá da comprovação, por parte da CONTRATADA, de que todas as licenças, ARTs/RRTs e demais documentos exigidos foram devidamente apresentados.

Diretrizes para Execução dos serviços



- 9.4.** Antes do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá implantar o canteiro de obras conforme projeto aprovado, instalar tapumes, cercamento e sinalização adequada, isolando as áreas de execução para impedir o acesso de pessoas não autorizadas e prevenir acidentes. Deverão ser observadas as normas de segurança e as diretrizes da NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção).
- 9.5.** A CONTRATADA será responsável integral pelo desempenho, qualidade e segurança dos serviços, bem como pela capacitação e qualificação dos profissionais envolvidos, mantendo equipe técnica própria durante todo o período contratual.
- 9.6.** Os serviços deverão ser acompanhados por engenheiro e/ou arquiteto responsável técnico devidamente registrado no CREA e/ou CAU, conforme a Lei Federal nº 5.194/1966, com a emissão e recolhimento das respectivas Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT). Esses documentos deverão abranger todas as atividades de execução dos serviços, conforme suas respectivas disciplinas.
- 9.7.** Quaisquer dúvidas, divergências técnicas, necessidade de alterações ou inconsistências identificadas durante a execução deverão ser imediatamente comunicadas à fiscalização da CONTRATANTE, que prestará as orientações necessárias e autorizará, formalmente, as medidas corretivas cabíveis.
- 9.8.** Todos os materiais, insumos e equipamentos empregados deverão ser de fabricação idônea, primeira qualidade e conformidade comprovada com as normas da ABNT, especialmente as que regem pavimentação, drenagem e controle tecnológico de materiais (NBRs 7181, 7182, 9781, 15115, entre outras).
- 9.9.** A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar relatórios fotográficos periódicos documentando o andamento da obra (antes, durante e após a execução), identificando cada etapa e o percentual físico correspondente, anexando as respectivas medições.
- 9.10.** Ao término da execução, deverá ser apresentada a planta de medição final (as built), registrando todas as alterações efetivamente realizadas em campo, desde que autorizadas formalmente pela fiscalização. Essa documentação integrará o processo de recebimento provisório e definitivo da obra.
- 9.11.** O recebimento da obra dar-se-á após aprovação pela fiscalização da SEMOUT de todos os serviços executados pela CONTRATADA. A vistoria será acompanhada pelo engenheiro responsável pela CONTRATADA.
- 9.12.** A CONTRATADA deverá manter contato com as repartições competentes a fim de obter as necessárias aprovações dos serviços a serem executados bem como fazer pedidos de



ligação e inspeção.

- 9.13.** Todos os itens identificados com necessidade de reparo deverão ser realizados. A obra será considerada concluída somente após a verificação do funcionamento adequado de todas as instalações, inclusive a ligação de energia, água e esgoto.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 10.1.** Para a avaliação da execução do objeto será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

- 10.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

10.2.1. Não produziu os resultados acordados,

10.2.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

10.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 10.3.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

- 10.4.** Para realização de pagamentos dos serviços executados, será exigida a apresentação da seguinte documentação:

Documentos De Contratação:

- a) Termo de Contrato e eventuais aditamentos;
- b) Ordem de Início/Serviço;
- c) ART/RRT dos responsáveis técnicos.

Documentos Técnicos:

- a) Solicitação formal de medição;
- b) Planilha de medição;
- c) Memória de cálculo;
- d) Relatório fotográfico;



- e) Documentos CTR (Controle de Transporte de Resíduos);
- f) Livro de Ordem;
- g) Projetos “as built” e demais documentos correlatos.
- h) Diários de obra.

Certidões

- a) Lista completa das certidões negativas e comprovações de regularidade fiscal, trabalhista e ambiental, conforme discriminado (CNPJ, débitos federais, estaduais, municipais, FGTS, INSS, CNDT, CADIN, FDC, entre outras).

Documentos Contábeis

- a) A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente a relação de empregados, folha de ponto, folha de pagamento, guia FGTS Digital com comprovante de pagamento, DCTF Web e DARF do INSS, comprovantes de pagamento de salários, benefícios e encargos, e demais documentos que comprovem o cumprimento das obrigações trabalhistas.
- b) No encerramento do contrato, deverão ser apresentadas as rescisões contratuais homologadas ou comprovações de realocação de pessoal.

Conformidade Fiscal

- a) As notas fiscais deverão conter: razão social e CNPJ conforme a nota de empenho, objeto contratado, período de referência, quantitativos e preços unitários e totais.

PAGAMENTOS E MEDIÇÕES

- 10.5.** Os pagamentos serão efetuados mediante medições atestadas pelo fiscal, com base nos valores definidos na PlanilhaOrçamentária. Cada local de intervenção possuirá um orçamento específico vinculado ao contrato principal.

Forma de Pagamento

- 10.6.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. Havendo atraso no pagamento por culpa da Administração, aplicar-se-á compensação financeira conforme Portaria SF nº 05/2012, mediante requerimento formal.

11. Antecipação de pagamento



11.1. A presente contratação não permitirá antecipação de pagamento.

Reajuste

11.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas.

11.3. Após o interregno de 01 (um) ano, após pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), que reflete os custos de materiais, mão de obra e equipamentos, e o IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), que mede a variação de preços no atacado e impacta o custo de insumos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:

a) Pela inexecução parcial poderá ser aplicada multa de mora de 0,5% por dia útil de atraso não sendo superior a 10% do valor do contrato licitado tendo como base de cálculo o valor da parcela que não foi atendida da solicitação de fornecimento ou ordem de serviço, conforme o caso. Entende-se por atraso a entrega que for feita a partir do segundo dia útil posterior ao fim do prazo da entrega.

b) Pela inexecução parcial a multa será de 15% tendo como base de cálculo o valor dos itens que não foram atendidos ou serviços que não foram prestados.

c) Pela inexecução total a multa será de 20%, tendo como base de cálculo o valor total do contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.



12.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

12.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA.



Do Registro de Preços

13.2. Será adotado o procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços, previsto no artigo 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e regulamentado pelo Decreto Federal nº 11.462/2023;

13.3. A utilização do procedimento indicado no item anterior se justifica em razão das características e natureza do objeto licitado, de modo que, em que pese esteja evidente a necessidade de se proceder contratações permanentes e frequentes, o quantitativo a ser demandado não pode ser definido com exatidão, atraindo assim a necessidade da utilização do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços.

13.4. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões, estarão dispostas no Edital da Licitação e na minuta da Ata de Registro de Preços a ser elaborada.

14. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

14.1. As regras e especificações constante no presente termo de referência não possuem características que justifiquem a admissão de empresas em consórcio.

14.2. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade, tendo em vista que, tal participação é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

14.3. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

15. FASE DE HABILITAÇÃO

15.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

15.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



- 15.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 15.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 15.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 15.8. Cédula de Identidade e Comprovante de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Físicas (CPF) emitido pelo site da Receita Federal do Brasil;
- 15.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 15.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 15.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 15.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 15.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 15.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 15.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 15.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



- 15.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 15.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico Financeira

- 15.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) e do ente federal;
- 15.21. Quando na certidão não constar prazo de validade, somente será aceita aquela expedida em data não superior a 90 (noventa) dias de antecedência da abertura do envelope de habilitação;
- 15.22. Caso haja alguma ação judicial distribuída relativa à recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão da licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação;
- 15.23. Todos os documentos contábeis deverão se referir aos 2 (dois) últimos exercícios. Ressaltamos que os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 15.24. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 15.25. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício: Os valores lançados no balanço e nas demonstrações contábeis devem ser compatíveis entre si, assim como os cálculos dos índices solicitados neste item; A legislação comercial alerta, em seu Art. 1.184 que o Balanço Patrimonial e o de Resultado Econômico (Demonstração do Resultado do Exercício), devem ser lançados no Livro Diário da empresa estando ambos assinados por técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitado e pelo empresário responsável. Assim, o Balanço Patrimonial autêntico e apresentado na forma da lei civil é o que consta no Livro Diário.
- 15.26. Nota explicativa: A apresentação da Nota explicativa é de suma importância, pois ela compreende o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias do balanço.
- 15.27. Termo de abertura e encerramento do livro diário e balanço de abertura, onde conste o registro da Junta Comercial ou órgão competente, fundamentado no art. 1.180 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; art. 177 da lei 6.404/76 e alterações;
- 15.28. DMPL ou DLPA: Caso a DMPL/DLPA não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitada em diligência para que possamos analisar melhor o balanço, pois esse documento



evidencia todas as movimentações realizadas durante o exercício social nas contas que compõem o patrimônio líquido: reservas de capital, de lucros, de reavaliação, capital social e lucros ou prejuízos acumulados.

- 15.29.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 15.30.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 15.31.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.
- 15.32.** Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador ou técnico contábil da empresa;
- 15.33.** No caso de sociedade anônima, apresentar também a comprovação de publicação na Imprensa Oficial do balanço e demonstrações contábeis e da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial ou órgão competente;
- 15.34.** A comprovação da boa situação financeira dos LICITANTES deverá ser obrigatoriamente demonstrada pela obtenção dos índices contábeis retirados do balanço patrimonial, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, assinados por contador, constando o seu nome completo e registro profissional do Conselho Regional de Contabilidade nos termos da resolução CFC nº 871/2000 e suas alterações;
- 15.35.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores ou igual a 1 (um);
- 15.36.** Os índices serão calculados da seguinte forma:

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante Passivo Não Circulante
Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo Investimento Imobilizado Intangível	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital Social (-) Gastos com Emissão de Ações Reservas de Capital Opções Outorgadas Reconhecidas



	Reservas de Lucros (-) Ações em Tesouraria Ajustes de Avaliação Patrimonial Ajustes Acumulados de Conversão Prejuízos Acumulados
--	--

- 15.37.** A boa situação financeira é analisada pelos índices de Balanço. Os índices observados pela Administração Pública nas licitações são: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 15.38.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação;
- 15.39.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- 15.40.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;
- 15.41.** Prova de registro na Junta Comercial ou órgão competente (contendo Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial ou órgão competente), fundamentado no art. 1.181 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02 alínea b. Observe que a regra é registrar o Livro Diário, salvo disposição especial em lei em contrário;
- 15.42.** Demonstrar escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular, fundamentado art. 1.179, Lei 10.406/02 e art. 177 da Lei nº 6.404/76;
- 15.43.** Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

Qualificação Técnica

- 15.44.** Registro ou inscrição da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas neste Termo de Referência, em plena validade, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais.
- 15.45.** Declaração formal e relação explícita de que disporá de instalação/estrutura física, máquinas, equipamentos e pessoal técnico necessário para a execução do objeto, em cumprimento ao art. 67, inciso III da Lei 14.133/21



- 15.46. Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, em cumprimento ao art. 67, inciso VI da Lei 14.133/21.

Qualificação Técnico-Profissional,

- 15.47. A licitante deve comprovar que possui em seu quadro permanente de pessoal, na data prevista para entrega da proposta do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, abaixo indicado(s):

15.47.1. Engenheiro Civil, ou Arquiteto;

- 15.48. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

- 15.49. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei [n.º 14.133, de 2021](#), em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

- 15.50. O(s) profissional(is) deverá(ão) ser detentor(es) de atestados e/ou certidões de Responsabilidade Técnica (RT), que conste titularidade do(s) profissional(is) por esta atribuição, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal, e que, comprove aptidão para o desempenho de atividades pertinente, **compatível ou similares em características, quantidades e prazos com o objeto licitado, assim como, de similaridade e de complexidade tecnológica e operacional** equivalente ou superior, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos, para os itens relacionado(s) no quadro abaixo.

Descrição do Serviço	Quantidade Mínima
EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL NÃO ARMADO AF_08/2022	MINIMO DE 50% DO QUANTITATIVO DA PLANILHA
PISO PODOTATILDE CONCRETO – DIRECIONAL E ALERTA *40X40X2,5*CM	MINIMO DE 50% DO QUANTITATIVO DA PLANILHA
TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIAMETRO DE 800MM, JUNTA RIGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS, FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO AF_12/2015.	MINIMO DE 50% DO QUANTITATIVO DA PLANILHA
ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA	MINIMO DE 50% DO QUANTITATIVO DA PLANILHA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO



MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8M3), LARG DE 1,5M A 2,5M, EM SOLO DE 2ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA AF_02/2021.	
GUIA (MEIO FIO) E SARGETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLODADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARGETA) X 26CM ALTURA AF_01/2024.	MINIMO DE 50% DO QUANTITATIVO DA PLANILHA

NOTA: Parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, destacadas pela “área técnica” da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO.

- 15.51.** Para a execução do objeto será necessário que seja exigida demonstração de qualificação técnica profissional, nas quantidades mínimas conforme itens mais relevantes do quadro acima: (A qualificação Técnica solicitada para o item acima discriminado, as quantidades dos serviços estão com 100%, dos quais deverão ser comprovados 50%, de acordo com a (Súmula 263 TCU e acórdão 1851/2015) e deverá vim acompanhados da respectiva certidão de acervo técnico do profissional.
- 15.52.** Atestado e Certidão que tenha responsável técnico por fiscalização ou preposto, não serão considerados para fins de comprovação de qualificação técnica.
- 15.53.** A comprovação de capacidade acima deverá constar, necessariamente, a especificação do tipo de obra, com indicações da área em metros quadrados, dos trabalhos realizados e do prazo de execução, devendo estar acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico– CAT, expedidas pelo Órgão ou Conselho de Classe respectivo.
- 15.54. Vínculo Empregatício:** Apresentar comprovar vínculo empregatício de cada profissional técnico que participará da condução dos serviços contratados, nos seguintes termos:
- a)** Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do(s) profissional(ais) .
 - b)** Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização a comprovação de qualificação técnica exigida neste item;
 - c)** Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.
 - d)** O nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica apresentado(s).



Outras comprovações

- 15.55.** Alvará de Licença e Localização.
- 15.56.** Certidão Nada Consta, emitida pelo Tribunal de contas dos Municípios do Estado do Para ou do estado de competência da Licitante em nome da pessoa jurídica e de seu sócio majoritário.

Disposições gerais sobre habilitação

- 15.57.** Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre;
- 15.58.** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 15.59.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 15.60.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 15.61.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1.** Realizar a obra de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência, Projeto Executivo, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro
- 16.2.** Confeccionar e colocar as placas de obra conforme Modelo informado pela Secretaria de Planejamento Urbano.
- 16.3.** Assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;
- 16.4.** Notificar a fiscalização, no mínimo, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, da concretagem dos elementos armados da estrutura, da remoção de qualquer forma de concreto e do início dos testes de operação das instalações elétricas e hidráulicas, quando for o caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO



- 16.5. Manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;
- 16.6. Dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato em partes ou no todo;
- 16.7. A empresa deverá manter na obra um profissional que responderá por ela na ausência do Responsável Técnico; esse profissional deverá ser um mestre de obras com experiência comprovada em carteira;
- 16.8. Manter no local do objeto deste Contrato, Livro Diário de Ocorrência devidamente atualizado;
- 16.9. A contratada compromete-se a executar a construção do canteiro de obras de acordo com o projeto fornecido, observando os aspectos ambientais e sanitários definidos pela legislação vigente. Adicionalmente, a contratada será responsável pela higienização e manutenção periódica das instalações e do mobiliário durante todo o prazo de execução;
- 16.10. Providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS;
- 16.11. Não manter em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 16.12. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.13. Fornece, além da mão de obra, todo o material, peças, equipamentos, veículos e ferramentas necessárias para execução da obra, ficando responsável, também, pela respectiva guarda e transporte de todos os insumos;
- 16.14. Fornecer e exigir o uso de uniforme da empresa para identificação dos colaboradores no canteiro de obra;
- 16.15. Será de responsabilidade da contratada toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados, bem como a exigência do uso dos EPI's, sob a pena de paralisação dos serviços. Será de total responsabilidade da contratada toda e qualquer prestação de socorro a seus empregados em eventuais acidentes ocorridos nas instalações da obra, ou em qualquer outro local quando considerados acidentes de trabalho;
- 16.16. Providenciar o isolamento das áreas em que os serviços serão executados, por meio de tapumes apropriados, de forma a minimizar os transtornos causados aos ocupantes do edifício;
- 16.17. A contratada responsabilizar-se-á por ocorrências de roubos, furtos ou vandalismos que ocorrerem na obra, além de prejuízos decorrentes de incêndios ou alagamentos;
- 16.18. Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste



Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

- 16.19. Arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas, previstos na legislação vigente, e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, no que diz respeito aos seus colaboradores;
 - 16.20. Se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 16.21. Fica sob a responsabilidade da contratada a emissão de Notas Fiscais dentro do prazo de vigência contratual;
 - 16.22. Responsabiliza-se pelo consumo de água e energia, durante a execução do objeto;
 - 16.23. Oferecer garantia de no mínimo 1 (um) ano, para todos os serviços executados.
- 17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**
- 17.1. Fornece todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto do presente Contrato;
 - 17.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste termo de referência e dos termos de sua proposta.
 - 17.3. Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma estabelecida neste Contrato;
 - 17.4. Garantir a contratada acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato;
 - 17.5. Garantir a contratada acesso às suas instalações;
 - 17.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
 - 17.7. Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, de maneira proporcional ao tempo necessário para a realização do retrabalho do item específico e que deverá ser avaliado pela fiscalização;
 - 17.8. Rejeitar, no todo ou em parte, o (s) serviço (s) /fornecimento executados fora da especificação ou com problemas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO



- 17.9. Proceder a vistorias nos locais onde os serviços estão sendo realizados, por meio da fiscalização do contrato, cientificando o preposto da CONTRATADA e determinando a imediata regularização das falhas eventualmente detectadas;
- 17.10. Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
18. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**
- 18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026.
19. **DA SUBMISSÃO DO TERMO E PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**
- 19.1. Submetemos o Termo de Referência e demais documentos constitutivos, à apreciação superior e providências quanto a autorização para a contratação do objeto nos termos aqui dispostos e na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.
20. **DOS APÊNDICES**
- 20.1. O presente Termo está composto dos seguintes apêndices, partes integrantes e indivisíveis:
- a) Estudo(s) Técnico(s) Preliminar(es) – ETP;
 - b) Documentos Técnicos de Engenharia: Projeto Básico, Projeto Executivo, Plantas e Desenhos Técnicos;
 - c) Mapa de Risco;

VICTOR TADEU
MODESTO
BORGES:01288645244

Assinado de forma digital por
VICTOR TADEU MODESTO
BORGES:01288645244

Curuçá, 03 de Abril de 2026

Victor Tadeu Modesto Borges
CREA/PA 151872628-3
SEMOUT – Prefeitura de Curuçá/PA

Ciente e de acordo:

HAMILTON BRITO
DOS SANTOS
ALVES:361916632

Assinado de forma
digital por HAMILTON
BRITO DOS SANTOS
ALVES:36191663234

HAMILTON BRITO DOS SANTOS ALVES
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR -ETP

Prefeitura Municipal de Curuçá

Praça Coronel Horácio, n°. 70 - Curuçá - PA, CEP: 68.750 - 000.

CNPJ: 05.171.939/0001-32



APÊNDICE DO ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
- ETP

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, CONTEMPLANDO DRENAGEM PROFUNDA, SUPERFICIAL E CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VÁRIAS VIAS DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ/PA.

Equipe de Planejamento:

Data do Pedido: 31/03/2026

VICTOR TADEU MODESTO BORGES
Sec. Mun de Obras e Serv. Urbanos

1. DIRETRIZES DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1.1. Este documento trata-se de estudo técnico preliminar, visando à EXECUÇÃO DE DRENAGEM PROFUNDA, SUPERFICIAL E CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VÁRIAS VIAS DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ/PA.

1.2. Tal estudo consiste em segunda etapa do planejamento da contratação, uma vez que já foram realizados projetos completos pela equipe de engenharia, contendo tabelas e planilhas referente ao projeto almejado

2. ÁREAS REQUISITANTES

2.1. A presente contratação refere-se à execução de obra de drenagem para escoamento das águas pluviais e construção de calçadas, nas ruas e avenidas do município de Curuçá/PA.

O empreendimento possui extensão total de 6,544 KM e conta com uma área total de 46.774,55 m². Estão nesta planilha os Bairros Novo e União, na sede do município, e as comunidades de Murajá, Piquiateua, Boa Vista do Iriteua, Livramento, Itajuba, Coqueiro, Ponta de ramos, Araquai, Caratateua, Lauro Sodré, Marauá e São Pedro.

2.2. Quanto aos quantitativos da contratação, por se tratar de serviços e obras de engenharia, estes foram estimados com base no projeto executivo e na planilha orçamentária elaborados pelo setor de engenharia, que está em anexo;

3. OBJETO DA FUTURA CONTRATAÇÃO

- (☒) Serviço não continuado
- (☐) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra
- (☐) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra.



4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

(Art. 18, I da Lei Federal nº 14.133/2021)

4.1. A presente descrição da necessidade da contratação visa justificar a contratação pretendida nos autos, em conformidade com o inciso XX do art. 6º da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, justifica-se pela necessidade de promover melhorias na infraestrutura urbana e Rural do Município de Curuçá/PA, especialmente no que se refere ao adequado escoamento de águas pluviais e à garantia de acessibilidade e mobilidade urbana para a população.

4.2. Atualmente, diversas vias do município apresentam problemas recorrentes de alagamento, acúmulo de águas pluviais e degradação da malha viária, ocasionados pela insuficiência ou inexistência de sistemas de drenagem adequados. Tal situação compromete a trafegabilidade, a segurança de pedestres e veículos, além de contribuir para a deterioração precoce das vias públicas e riscos à saúde pública.

4.3. A execução de serviços de drenagem profunda e superficial, bem como a construção de calçadas, visa solucionar tais problemas, proporcionando melhor escoamento das águas, redução de pontos críticos de alagamento, aumento da durabilidade das vias e promoção de acessibilidade, em conformidade com as normas urbanísticas e de mobilidade.

4.4. Importante consignar que a justificativa da necessidade e da quantidade estimada no processo foi elaborada pelo setor de engenharia, o qual detém o conhecimento técnico e as informações pertinentes para a adequada instrução processual na fase de planejamento.

4.5. Ademais, as demandas e implantações são atribuições inerentes ao Departamento Demandante, uma vez que somente este possui o conhecimento técnico e prático acerca do objeto e dos serviços sob sua responsabilidade, os quais demandam a utilização do objeto que se pretende contratar.

4.6. Considerando as orientações do inciso I do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, bem como da Portaria Interministerial nº 424/2016, para a execução do convênio por meio de procedimento licitatório, fez-se necessária a elaboração do Documento de Formalização da Demanda – DFD, para abertura de processo administrativo visando à contratação de empresa especializada em execução de drenagem profunda, superficial e construção de calçadas em várias vias do município de Curuçá/PA.

5. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA

(Art. 18, II da Lei Federal nº 14.133/2021)

5.1. No momento, a Administração Pública Municipal de Curuçá não possui um Plano de Contratações Anual. Entretanto, a contratação está alinhada com os objetivos e metas do órgão. Ainda que não haja um Plano de Contratações Anual, a contratação está em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos na legislação aplicável e no interesse público.

5.2. A previsão de recursos financeiros necessários para a realização desta contratação será incluída no orçamento do órgão ou entidade, garantindo a viabilidade financeira da contratação.



6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(Art. 18, III da Lei Federal nº 14.133/2021)

6.1. DA METODOLOGIA DA CONTRATAÇÃO

6.1.1 A contratação do objeto desta solicitação será realizada por meio de **concorrência**, sob o **Sistema de Registro de Preços**, do tipo **menor preço**, com critério de julgamento **menor preço global**, nos termos da legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

6.1.2 O procedimento tem por finalidade a formação de ata de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na execução de serviços de drenagem profunda, drenagem superficial e construção de calçadas em diversas vias do Município de Curuçá/PA, conforme a necessidade da Administração.

6.1.3 A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza continuada e pela imprevisibilidade da demanda, permitindo maior eficiência na gestão contratual, economicidade e flexibilidade na execução dos serviços, conforme as demandas que vierem a surgir ao longo da vigência da ata.

6.2. QUALIFICAÇÃO E VISTORIA TÉCNICA

6.2.1. Certidão de registro da licitante junto ao CREA ou CAU; da qual deverá constar o(s) nome(s) do(s) profissional(is) de nível superior que poderá(ão) atuar(ão) como responsável(is) técnico(s) pelos serviços a serem executados;

6.2.2. Certidão do Registro do(s) Responsável(is) Técnico(s), emitidos pelo CREA ou CAU
Certidão do Registro do(s) Responsável(is) Técnico(s), emitidos pelo CREA ou CAU;

6.3. PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA:

6.3.1. – Comprovação da licitante de possuir em seu Quadro de Pessoal ou corpo diretivo, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor (es) de Certidão de Acervo Técnico – CAT, registrado no CREA ou CAU por execução de obra ou serviços de características semelhantes às do objeto licitado.

6.3.2. – A comprovação da licitante de que o responsável técnico indicado pertence ou virá a pertencer ao quadro permanente da empresa poderá ser feita através da declaração formal de disponibilidade;

6.3.3. – Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico- profissional deverão participar da execução da obra, sendo permitida sua substituição apenas por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação da administração;

6.3.4. – Declaração de Anuência do Profissional, através do qual o mesmo assume a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado em nome da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser, a esta, adjudicado.

6.3.5. – Declaração expressa sob as penas da Lei, de que disponibilizará todos os equipamentos necessários para a realização dos serviços objeto desta Concorrência;

6.3.6. – Relação explícita da equipe técnica mínima, adequada e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica e



sua função durante a execução dos serviços que compõem o objeto desta licitação, composta de, no mínimo:

- A)** 01 (um) Engenheiro Civil ou 01 (um) Arquiteto com o cargo comprovado na carteira profissional ou outro meio idôneo, durante todo período da obra para acompanhar a execução dos serviços.

6.3.7.– Declaração fornecida pela licitante indicando explicitamente pelo menos um responsável técnico para acompanhar a execução dos serviços. Na declaração deverão constar os dados mínimos necessários, tais como: nome completo, número do documento de identidade, CPF e do registro na entidade profissional competente da região a que estiver vinculado;

6.3.8. – Declaração de que visitou os locais das obras e serviços discriminados neste edital e seus anexos, visita esta necessária para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos;

6.3.9. – A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo, neste caso, necessário apresentar declaração assumindo, incondicionalmente a RESPONSABILIDADE de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas nesta licitação.

6.4. DOS PRAZOS

6.4.1. O prazo estabelecido para a execução dos serviços é de **240(duzentos e quarenta)dias**, vinculados ao cronograma físico-financeiro; incluídos neste mesmo prazo a mobilização, a desmobilização e a execução das obras e serviços propriamente ditos, contados a partir da data de publicação da Ordem de Serviço para início da obra, expedida pela administração municipal, conforme o artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.2. O prazo de vigência do futuro contrato (estando nele incluído os prazos de Ordem de início da obra, execução, recebimento provisório, recebimento definitivo e pagamento) será de **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação do extrato do contrato podendo ser prorrogado conforme item “b”.

a) O prazo para início dos trabalhos fica fixado em **10 (dez) dias**, para a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada;

b) Todo pedido de prorrogação deverá ser devidamente justificado, autuado em processo e autorizado previamente pela autoridade competente, de acordo com o Art. 106, da lei 14.133/2021, desde que solicitado à autoridade competente, num prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes do término do prazo de execução contratual.

6.4 DA GARANTIA

6.4.1. Como requisito de Pré-Habilitação, será obrigatório, no momento da apresentação da proposta eletrônica, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta equivalente a 1% (um por cento) do valor total estimado para esta contratação, conforme Artigo 58 da Lei 14.133/2021. Não serão aceitas garantias com percentual abaixo do valor estimado, o não atendimento desta exigência, resultará na desclassificação sumária neste certame, cuja validade deverá ser de 120 (cento e vinte) dias

6.4.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a partir da data de assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, devendo a empresa fazer o requerimento. Implicará execução do



valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei 14.133/21:

6.4.3. Caução em Dinheiro ou Títulos da Dívida Pública, conforme inciso I: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário, na seguinte conta: Agência: 2272-1 Conta Corrente 406.667-7 (Banco do Brasil), se a caução for prestada em título da dívida pública, deve este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizada pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

6.4.4. Fiança Bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil e deverá conter:

- a) Prazo de validade;
- b) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento que for devido, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- c) Renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827 e 838 do Código Civil Brasileiro e;
- d) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado

6.4.5. Seguro-Garantia: No caso da opção pelo Seguro-Garantia, este será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a comercializar seguros, e em nome da Secretária demandante deste certame, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato, acompanhada do boleto bancário e seu respectivo comprovante de pagamento e com validade expressa de 120 (cento e vinte) dias.

6.4.6. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <https://www2.susep.gov.br/safe/apolices/app/garantia>

6.5 DA SUBCONTRATAÇÃO

6.5.1. A critério exclusivo da CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da Comissão de Fiscalização o contratado poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte do serviço, até o limite máximo de 25% (vinte cinco por cento) do objeto a ser licitado, desde que não altere substancialmente as cláusulas pactuadas, conforme dispõe Art. 67, § 9º da Lei nº 14.133/2021;

6.5.2. No caso de subcontratação deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da Contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este projeto, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

6.5.3. A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante a Prefeitura Municipal de Curuçá - PA, mesmo que tenha havido a apresentação de empresa a ser subcontratada para execução de determinado serviço integrante desta Licitação;

6.5.4. A contratada, ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá

comprovar perante Comissão de Fiscalização a regularidade jurídica/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando



relacionadas com o objeto do Contrato;

6.5.5. A Prefeitura Municipal de Curuçá – PA, reserva-se o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico da empresa contratada, bem como de suas eventuais subcontratadas, se submeta às regras estabelecidas neste instrumento convocatório e no respectivo contrato.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

(Art. 18, V da Lei Federal nº 14.133/2021)

7.1. Se realizou o levantamento dos quantitativos de ruas, pesquisas nas Tabela SINAPI – (FEVEREIRO/2026) e SEDOP (MARÇO/2026) para realização do quantitativo orçamentário. Conforme aprovação do projeto executivo de engenharia e planilha orçamentária constante no processo.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A contratação de empresa especializada em execução de drenagem profunda, superficial e construção de calçadas em várias vias do município de Curuçá/PA visa atender às necessidades do setor de infraestrutura e saneamento, beneficiando diretamente os munícipes.

8.2. O resultado esperado com a execução das obras previstas no convênio é proporcionar aos munícipes melhores condições de trafegabilidade e escoamento de águas pluviais, assegurando a circulação segura de veículos e pedestres, promovendo, assim, melhor qualidade de vida à população e contribuindo para o desenvolvimento e valorização do município.

8.3. Conforme previsto no §6º, inciso II, Art. 140 da Lei 14.133, a execução do projeto será enquadrado como serviços de obras e serviços de engenharia o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pelas substituição necessárias.

9. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS - RESUMO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL
1.0	SERVIÇOS DRENAGEM E CALÇAMENTO SEDE DO MUNICÍPIO	R\$ 2.608.879,53
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 1.328,33
1.2	DRENAGEM SUPERFICIAL	R\$ 785.035,94



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO



1.3	CALÇADA	R\$	1.822.515,26
-----	---------	-----	--------------

2.0 DRENAGEM PROFUNDA

R\$
910.581,55

2.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$	17.157,89
2.2	DRENAGEM PROFUNDA EM DIVERSAS RUAS	R\$	893.423,66

3.0 SERVIÇOS COMUNIDADES

R\$
2.853.206,83

3.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$	15.939,99
3.2	DRENAGEM SUPERFICIAL	R\$	2.837.266,84

TOTAL GERAL DA OBRA

R\$ 6.372.667,84

10 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(Art. 18, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021)

10.1 Considerando que a Contratação de empresa especializada em execução de drenagem profunda, superficial e construção de calçadas em várias vias do município de Curuçá/PA, se enquadra em obras e serviços engenharia, sob o regime de execução indireta de **concorrência**, sob o **Sistema de Registro de Preços**, do tipo **menor preço**, com critério de julgamento **menor preço global**, nos termos da legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

10.2 . Pois somente assim, essa forma de contratação atenderá o objeto em sua totalidade, bem como a execução integral de cada plano de ação.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(Art. 18, IX da Lei Federal nº 14.133/2021)

11.1 Os resultados pretendidos são as melhorias com a execução de uma futura pavimentação, a drenagem profunda e superficial, visando sanear um problema crônico municipal: as péssimas condições das vias, que dificultam a trafegabilidade dos veículos e/ou pedestres, comprometem o trânsito e a integridade física das pessoas, gera atrasos na entrega de produtos, dificulta o escoamento de produções locais.

11.2 Destaca-se o interesse público da demanda, pois o objeto do convênio visa estabelecer melhores rotas de deslocamento, melhorar o ambiente comercial dos negócios, facilitar o acesso da população a diversos serviços, melhorar condições de limpeza e manutenção das

Prefeitura Municipal de Curuçá

Praça Coronel Horácio, nº. 70 - Curuçá - PA, CEP: 68.750 - 000.
CNPJ: 05.171.939/0001-32



vias, gerar economia no transporte de pessoas e mercadorias através de menor desgaste de veículos particulares e de transporte público, melhorar mobilidade e corrigir imperfeições que poderiam causar acidentes. As novas pavimentações garantirão desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida da população.

11.3 A manutenção de ruas e avenidas em centros urbanos ou de vias de acesso tem granderelevância, já que a pavimentação possibilita qualidade de vida e desenvolvimento à comunidade, diminui os custos de manutenção das vias, beneficia a conquista e ocupação de regiões isoladas, promove ligações entre os centros e as periferias, promove o e, ainda, auxilia na valorização das áreas, zonas, bairros e comunidades.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

(Art. 18, X da Lei Federal nº 14.133/2021)

12.1. Com a realização da contratação, foram adotadas previamente para celebração do Convênio que será contemplada pelo mesmo. Sendo que este levantamento estará disponível no próprio processo de contratação, para as próximas gestões darem continuidade ao trabalho, tendo em vista a riqueza de informações.

12.2. No momento da instrução contratual, a Secretaria Municipal de Obras -SEMOUT, designará, pelo menos (um) gestor de contrato e fiscal de contrato, mediante portaria publicada em Diário Oficial para acompanhamento da obra licitada. Visando obter mais celeridade nos atos administrativos.

12.3. Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;

12.4. Definições dos locais onde serão armazenados os equipamentos da CONTRATADA;

12.5. Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;

12.6. Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

(Art. 18, XI da Lei Federal nº 14.133/2021)

13.1. Para fins de atendimento ao disposto no Art. 18, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, informa-se que a presente contratação poderá possuir **contratações correlatas**, considerando a necessidade de execução de serviços complementares à implantação de drenagem profunda, drenagem superficial e construção de calçadas, tais como serviços de pavimentação, meio-fio, sinalização viária e recuperação de vias.

13.2 Tais contratações, quando necessárias, poderão ser realizadas por meio de procedimentos próprios, de forma independente, observando-se o planejamento da Administração e a disponibilidade orçamentária, sem prejuízo da funcionalidade e da plena execução do objeto ora pretendido.

13.3 Quanto às **contratações interdependentes**, não se identificam, neste momento, objetos cuja execução dependa diretamente da contratação ora proposta, sendo esta considerada autônoma para fins de execução.

13.4 Ressalta-se que todas as eventuais contratações correlatas deverão estar devidamente previstas no planejamento anual de contratações e em conformidade com a legislação vigente.



14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

(Art. 18, XII da Lei Federal nº 14.133/2021)

14.1 A construção civil gera diversos impactos ambientais que representam desafios importantes para o setor, os quais demandam atenção e soluções adequadas. A atividade envolve, por exemplo, o consumo significativo de recursos naturais na produção de insumos utilizados nos canteiros de obras. Além disso, pode provocar alterações no solo, degradação de áreas de vegetação e até aumento no consumo de energia elétrica.

14.2. DAS SOLUÇÕES

14.2.1 As possíveis soluções deverão constar detalhadas no campo “Condicionantes”, com destaque para as medidas estabelecidas no **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil (PGRSCC)**.

14.2.2. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma.

14.2.3. Assim, a empresa contratada deverá atender aos preceitos e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, bem como respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos e as legislações pertinentes concernentes às reduções de emissões de gases poluentes na atmosfera e descarte de resíduos líquidos e sólidos para a promoção de um ambiente íntegro e confiável.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

(Art. 18, XIII da Lei Federal nº 14.133/2021)

DECLARO para devidos fins que se fizerem necessários em atendimento ao inciso XIII, Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 que a contratação pretendida é **VIÁVEL** com base no presente Estudo Técnico Preliminar – ETP. Desta forma encaminho a presente ETP e Documento de Formalização de Demanda – DFD para continuidade dos trâmites administrativos de contratação de despesa

Curuçá – PA em 01 de Abril de 2026.

Elaborado por:

VICTOR TADEU
MODESTO
BORGES:01288645244

Assinado de forma digital
por VICTOR TADEU
MODESTO
BORGES:01288645244

VICTOR TADEU MODESTO BORGES
CREA 151872628-3 PA
Engenheiro Civil

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DRENAGEM SUPERFICIAL E PASSEIO DE CALÇADA PARA EXECUÇÃO DE CALÇADAS, COM ACESSIBILIDADE, MEIO FIO E SARJETA, EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO.

BDI = 24,05%

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS - RESUMO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL
1.0	SERVIÇOS SEDE DO MUNICÍPIO	R\$ 2.608.879,53
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 1.328,33
1.2	DRENAGEM SUPERFICIAL	R\$ 785.035,94
1.3	CALÇADA	R\$ 1.822.515,26

1.0	SERVIÇOS SEDE DO MUNICÍPIO	R\$ 910.581,55
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 17.157,89
1.2	DRENAGEM PROFUNDA EM DIVERSAS RUAS	R\$ 893.423,66

2.0	SERVIÇOS COMUNIDADES	R\$ 2.853.206,84
2.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 15.939,99
2.2	DRENAGEM SUPERFICIAL	R\$ 2.837.266,84

TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 6.372.667,92
----------------------------	-------------------------

VICTOR TADEU MODESTO
BORGES:01288645244

Assinado de forma digital por
VICTOR TADEU MODESTO
BORGES:01288645244

Eng. VICTOR TADEU MODESTO BORGES
ENGENHEIRO CIVIL – RESPONSÁVEL TÉCNICO
CREA: 151872628-3 PA

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DRENAGEM SUPERFICIAL, MEIO FIO C/ SARJETA, EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO.

BDI = 24,05%

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNIT. C/ BDI	VALOR TOTAL
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES				R\$	15.939,99
1.1	SINAPI 103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	27,00	R\$ 475,91	R\$ 590,37	R\$ 15.939,99
2.0		COMUNIDADE DE MURAJÁ				R\$	306.566,15
2.1		DRENAGEM SUPERFICIAL				R\$	306.566,15
2.1.1	SINAPI 93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m³	144,69	R\$ 106,33	R\$ 131,90	R\$ 19.084,61
2.1.2	SINAPI 94269	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_01/2024	m	2.192,34	R\$ 105,71	R\$ 131,13	R\$ 287.481,54
3.0		COMUNIDADE DE PIQUIATEUA				R\$	315.488,87
3.1		DRENAGEM SUPERFICIAL				R\$	315.488,87
3.1.1	SINAPI 93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m³	148,91	R\$ 106,33	R\$ 131,90	R\$ 19.641,23
3.1.2	SINAPI 94269	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_01/2024	m	2.256,14	R\$ 105,71	R\$ 131,13	R\$ 295.847,64
4.0		COMUNIDADE DE BOA VISTA DE IRIRITEUA				R\$	347.933,04
4.1		DRENAGEM SUPERFICIAL				R\$	347.933,04
4.1.1	SINAPI 93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m³	164,22	R\$ 106,33	R\$ 131,90	R\$ 21.660,62
4.1.2	SINAPI 94269	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_01/2024	m	2.488,16	R\$ 105,71	R\$ 131,13	R\$ 326.272,42
5.0		COMUNIDADE DE LIVRAMENTO				R\$	267.711,33
5.1		DRENAGEM SUPERFICIAL				R\$	267.711,33
5.1.1	SINAPI 93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m²	126,36	R\$ 106,33	R\$ 131,90	R\$ 16.666,88
5.1.2	SINAPI 94269	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_01/2024	m³	1.914,47	R\$ 105,71	R\$ 131,13	R\$ 251.044,45
6.0		COMUNIDADE DE ITAJUBA				R\$	270.597,24

6.1		TERRAPLANAGEM					R\$ 270.597,24
6.1.1	SINAPI 93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m²	127,72	R\$ 106,33	R\$ 131,90	R\$ 16.846,27
6.1.2	SINAPI 94269	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_01/2024	m³	1.935,11	R\$ 105,71	R\$ 131,13	R\$ 253.750,97
7.0		COMUNIDADE DE COQUEIRO					R\$ 216.687,15
7.1		TERRAPLANAGEM					R\$ 216.687,15
7.1.1	SINAPI 93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m²	102,27	R\$ 106,33	R\$ 131,90	R\$ 13.489,41
7.1.2	SINAPI 94269	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_01/2024	m³	1.549,59	R\$ 105,71	R\$ 131,13	R\$ 203.197,74
8.0		COMUNIDADE DE PONTA DE RAMOS					R\$ 284.352,53
8.1		TERRAPLANAGEM					R\$ 284.352,53
8.1.1	SINAPI 93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m²	134,21	R\$ 106,33	R\$ 131,90	R\$ 17.702,30
8.1.2	SINAPI 94269	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_01/2024	m³	2.033,48	R\$ 105,71	R\$ 131,13	R\$ 266.650,23
9.0		COMUNIDADE DE ARANQUAIM					R\$ 183.588,41
9.1		TERRAPLANAGEM					R\$ 183.588,41
9.1.1	SINAPI 93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m²	86,65	R\$ 106,33	R\$ 131,90	R\$ 11.429,14
9.1.2	SINAPI 94269	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_01/2024	m³	1.312,89	R\$ 105,71	R\$ 131,13	R\$ 172.159,27
10.0		COMUNIDADE DE CARATATEUA					R\$ 119.815,07
10.1		TERRAPLANAGEM					R\$ 119.815,07
10.1.1	SINAPI 93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m²	56,55	R\$ 106,33	R\$ 131,90	R\$ 7.458,95
10.1.2	SINAPI 94269	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_01/2024	m³	856,83	R\$ 105,71	R\$ 131,13	R\$ 112.356,12
11.0		COMUNIDADE DE LAURO SODRÉ					R\$ 185.217,63
11.1		TERRAPLANAGEM					R\$ 185.217,63
11.1.1	SINAPI 93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m²	87,42	R\$ 106,33	R\$ 131,90	R\$ 11.530,70
11.1.2	SINAPI 94269	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_01/2024	m³	1.324,54	R\$ 105,71	R\$ 131,13	R\$ 173.686,93
12.0		COMUNIDADE DE MARAUÁ					R\$ 150.329,62
12.1		TERRAPLANAGEM					R\$ 150.329,62
12.1.1	SINAPI 93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m²	70,95	R\$ 106,33	R\$ 131,90	R\$ 9.358,31

12.1.2	SINAPI 94269	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_01/2024	m³	1.075,05	R\$ 105,71	R\$ 131,13	R\$ 140.971,31
--------	-----------------	--	----	----------	------------	------------	----------------

13.0	COMUNIDADE DE SÃO PEDRO					R\$ 188.979,81
-------------	--------------------------------	--	--	--	--	-----------------------

13.1	TERRAPLANAGEM					R\$ 188.979,81
-------------	----------------------	--	--	--	--	-----------------------

13.1.1	SINAPI 93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m²	89,20	R\$ 106,33	R\$ 131,90	R\$ 11.765,48
13.1.2	SINAPI 94269	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_01/2024	m³	1.351,44	R\$ 105,71	R\$ 131,13	R\$ 177.214,33

TOTAL GERAL DA OBRA						R\$ 2.853.206,84
----------------------------	--	--	--	--	--	-------------------------

VICTOR TADEU MODESTO BORGES:01288645244

Assinado de forma digital por
VICTOR TADEU MODESTO
BORGES:01288645244

Eng. VICTOR TADEU MODESTO BORGES
ENGENHEIRO CIVIL – RESPONSÁVEL TÉCNICO
CREA: 151872628-3 PA

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DRENAGEM PROFUNDA, EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO.

BDI = 24,05%

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNIT. C/ BDI	VALOR TOTAL
1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES							R\$ 17.157,89
1.1	103689 SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2023 RS	m²	6,00	R\$ 475,91	R\$ 590,37	R\$ 3.542,22
1.2	98525	LIQUIDIFICAÇÃO MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS AF_05/2018	m²	1.401,75	0,71	0,88	R\$ 1.233,54
1.3	SINAPI 99063	LOCAÇÃO DE REDE DE ÁGUA OU ESGOTO. AF_10/2018	m²	934,50	10,68	13,25	R\$ 12.382,13
2.0 RUA DA OLARIA							R\$ 13.103,89
2.1 DRENAGEM PROFUNDA							
2.1.1	SINAPI 102315	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 2ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	m³	31,50	R\$ 7,76	R\$ 9,63	R\$ 303,35
2.1.2	SINAPI 101577	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO DESCONTÍNUO, COM PROFUNDIDADE DE 0 A 1,5 M, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M. AF_08/2020	m	42,00	R\$ 59,41	R\$ 73,70	R\$ 3.095,40
2.1.3	SINAPI 100323	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESURA DE *10 CM*. AF_07/2019	m³	2,10	R\$ 211,90	R\$ 262,86	R\$ 552,01
2.1.4	SINAPI 92214	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	14,00	R\$ 476,19	R\$ 590,71	R\$ 8.269,94
2.1.5	SINAPI 93367	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA DE 1,5 A 2,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	m³	22,59	R\$ 24,60	R\$ 30,52	R\$ 689,56
2.1.6	96386	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	22,59	R\$ 6,91	R\$ 8,57	R\$ 193,63
7.0 RUA CAUBI TAVARES							R\$ 22.061,36
7.1 DRENAGEM PROFUNDA							

7.1.1	SINAPI 102315	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 2ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	m³	47,25	R\$ 7,76	R\$ 9,63	R\$ 455,02
7.1.2	SINAPI 101577	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO DESCONTÍNUO, COM PROFUNDIDADE DE 0 A 1,5 M, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M. AF_08/2020	m	63,00	R\$ 59,41	R\$ 73,70	R\$ 4.643,10
7.1.3	SINAPI 100323	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESURA DE *10 CM*. AF_07/2019	m³	3,15	R\$ 211,90	R\$ 262,86	R\$ 828,01
7.1.4	SINAPI 92216	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	21,00	R\$ 568,53	R\$ 705,26	R\$ 14.810,46
7.1.5	SINAPI 93367	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA DE 1,5 A 2,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	m³	33,89	R\$ 24,60	R\$ 30,52	R\$ 1.034,33
7.1.6	96386	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	33,89	R\$ 6,91	R\$ 8,57	R\$ 290,44

8.0	RUA ANTES DA PONTE	R\$ 341.439,37
------------	---------------------------	-----------------------

8.1	DRENAGEM PROFUNDA
------------	--------------------------

8.1.1	SINAPI 102315	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 2ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	m³	812,25	R\$ 7,76	R\$ 9,63	R\$ 7.821,97
8.1.2	SINAPI 101577	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO DESCONTÍNUO, COM PROFUNDIDADE DE 0 A 1,5 M, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M. AF_08/2020	m	1.083,00	R\$ 59,41	R\$ 73,70	R\$ 79.817,10
8.1.3	SINAPI 100323	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESURA DE *10 CM*. AF_07/2019	m³	54,15	R\$ 211,90	R\$ 262,86	R\$ 14.233,87
8.1.4	SINAPI 92214	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	361,00	R\$ 476,19	R\$ 590,71	R\$ 213.246,31
8.1.5	SINAPI 93367	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA DE 1,5 A 2,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	m³	673,32	R\$ 24,60	R\$ 30,52	R\$ 20.549,76
8.1.6	96386	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	673,32	R\$ 6,91	R\$ 8,57	R\$ 5.770,36

9.0	RUA GONÇALO FERREIRA	R\$ 516.819,04
------------	-----------------------------	-----------------------

9.1	DRENAGEM PROFUNDA
------------	--------------------------

9.1.1	SINAPI 102315	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 2ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	m³	1.211,63	R\$ 7,76	R\$ 9,63	R\$ 11.667,95
-------	---------------	---	----	----------	----------	----------	---------------

9.1.2	SINAPI 101577	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO DESCONTÍNUO, COM PROFUNDIDADE DE 0 A 1,5 M, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M. AF_08/2020	m	1.615,50	R\$ 59,41	R\$ 73,70	R\$ 119.062,35
9.1.3	SINAPI 100323	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_07/2019	m³	80,78	R\$ 211,90	R\$ 262,86	R\$ 21.232,52
9.1.4	SINAPI 92214	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	538,50	R\$ 476,19	R\$ 590,71	R\$ 318.097,34
9.1.5	SINAPI 93367	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA DE 1,5 A 2,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	m³	1.196,19	R\$ 24,60	R\$ 30,52	R\$ 36.507,57
9.1.6	96386	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	1.196,19	R\$ 6,91	R\$ 8,57	R\$ 10.251,31
TOTAL GERAL DA OBRA							R\$ 910.581,55

VICTOR TADEU

MODESTO

BORGES:01288645244

Assinado de forma digital por

VICTOR TADEU MODESTO

BORGES:01288645244

Eng. VICTOR TADEU MODESTO BORGES
ENGENHEIRO CIVIL – RESPONSÁVEL TÉCNICO
CREA: 151872628-3 PA

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DRENAGEM SUPERFICIAL E PASSEIO DE CALÇADA PARA EXECUÇÃO DE CALÇADAS, COM ACESSIBILIDADE, MEIO FIO E SARJETA, EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO.

BDI = 24,05%

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNIT. C/ BDI	VALOR TOTAL
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES				R\$	1.328,33
1.1	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA.	m²	2,25	R\$ 475,91	R\$ 590,37	R\$ 1.328,33
2.0		RUA LAURO SODRÉ				R\$	873.130,37
2.1		DRENAGEM SUPERFICIAL				R\$	266.246,60
2.1.1	SINAPI 93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF	m³	125,66	R\$ 106,33	R\$ 131,90	R\$ 16.575,08
2.1.2	94269	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_06/2016	m	1.904,00	R\$ 105,71	R\$ 131,13	R\$ 249.671,52
2.2		CALÇADA				R\$	606.883,77
	SEDOP 10175	Locação da obra a aparelho	M2	2.856,00	R\$ 11,99	R\$ 14,87	R\$ 42.468,72
	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_05/2018	M2	3.998,40	R\$ 0,71	R\$ 0,88	R\$ 3.518,59
	90082	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE	M3	571,20	R\$ 9,85	R\$ 12,22	R\$ 6.980,06
	100982	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3).	M3	571,20	R\$ 9,52	R\$ 11,81	R\$ 6.745,87
	101149	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO ESCARIFICAÇÃO, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 2ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14M3 DMT ATÉ 200M.	M3	371,28	R\$ 21,03	R\$ 26,09	R\$ 9.686,70
	SINAPI 94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M3	371,28	R\$ 85,26	R\$ 105,77	R\$ 39.270,29
	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	13.923,00	R\$ 3,33	R\$ 4,13	R\$ 57.501,99
	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	199,92	R\$ 1.092,41	R\$ 1.355,13	R\$ 270.917,59
	130728 SEDOP	Piso tátil 25x25 pré-moldado (16 unidades)	M2	476,00	R\$ 287,55	R\$ 356,71	R\$ 169.793,96

3.0	RUA GONÇALO FERREIRA	R\$ 528.273,73
------------	-----------------------------	-----------------------

3.1		DRENAGEM SUPERFICIAL					R\$	158.014,00
3.1.1	SINAPI 93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF	m³	74,58	R\$ 106,33	R\$ 131,90	R\$ 9.837,10	
3.1.2	94269	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_06/2016	m	1.130,00	R\$ 105,71	R\$ 131,13	R\$ 148.176,90	

3.2		CALÇADA	R\$ 370.259,73				
	SEDOP 10175	Locação da obra a aparelho	M2	2.373,00	R\$ 11,99	R\$ 14,87	R\$ 35.286,51
	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS.AF_05/2018	M2	2.373,00	R\$ 0,71	R\$ 0,88	R\$ 2.088,24
	90082	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M3	339,00	R\$ 9,85	R\$ 12,22	R\$ 4.142,58
	100982	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	339,00	R\$ 9,52	R\$ 11,81	R\$ 4.003,59
	101149	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO ESCARIFICAÇÃO, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 2A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020 - EMPRESTIMO JAZIDA	M3	220,35	R\$ 21,03	R\$ 26,09	R\$ 5.748,93
	94319 SINAPI	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M3	220,35	R\$ 85,26	R\$ 105,77	R\$ 23.306,42
	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	8.263,13	R\$ 3,33	R\$ 4,13	R\$ 34.126,71
	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	118,65	R\$ 1.092,41	R\$ 1.355,13	R\$ 160.786,17
	00036178	Piso tátil 25x25 pré-moldado (16 unidades)	M2	282,50	R\$ 287,55	R\$ 356,71	R\$ 100.770,58

4.0	RUA JOÃO GUALBERTO	R\$ 677.873,38
------------	---------------------------	-----------------------

4.1		DRENAGEM SUPERFICIAL					R\$	202.761,33
4.1.1	SINAPI 93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF	m³	95,70	R\$ 106,33	R\$ 131,90	R\$	12.622,83
4.1.2	94269	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_06/2016	m	1.450,00	R\$ 105,71	R\$ 131,13	R\$	190.138,50
4.2		CALÇADA					R\$	475.112,05
4.2.1	SEDOP 10175	Locação da obra a aparelho	M2	3.045,00	R\$ 11,99	R\$ 14,87	R\$	45.279,15
4.2.2	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS.AF_05/2018	M2	3.045,00	R\$ 0,71	R\$ 0,88	R\$	2.679,60

4.2.3	90082	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M3	435,00	R\$ 9,85	R\$ 12,22	R\$ 5.315,70
4.2.4	100982	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	435,00	R\$ 9,52	R\$ 11,81	R\$ 5.137,35
4.2.5	101149	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO ESCARIFICAÇÃO, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 2ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020 - EMPRESTIMO JAZIDA	M3	282,75	R\$ 21,03	R\$ 26,09	R\$ 7.376,95
4.2.6	94319 SINAPI	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M3	282,75	R\$ 85,26	R\$ 105,77	R\$ 29.906,47
4.2.7	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	10.603,13	R\$ 3,33	R\$ 4,13	R\$ 43.790,91
4.2.8	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	152,25	R\$ 1.092,41	R\$ 1.355,13	R\$ 206.318,54
4.2.9	00036178	Piso tátil 25x25 pré-moldado (16 unidades)	M2	362,50	R\$ 287,55	R\$ 356,71	R\$ 129.307,38

5.0	RUA VISCONDE						R\$ 528.273,73
------------	---------------------	--	--	--	--	--	-----------------------

5.1	DRENAGEM SUPERFICIAL						R\$ 158.014,00
------------	-----------------------------	--	--	--	--	--	-----------------------

5.1.1	SINAPI 93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF	m²	74,58	R\$ 106,33	R\$ 131,90	R\$ 9.837,10
5.1.2	SINAPI 94269	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_06/2016	m³	1.130,00	R\$ 105,71	R\$ 131,13	R\$ 148.176,90

5.2	CALÇADA						R\$ 370.259,73
------------	----------------	--	--	--	--	--	-----------------------

5.2.1	SEDOP 10175	Locação da obra a aparelho	M2	2.373,00	R\$ 11,99	R\$ 14,87	R\$ 35.286,51
5.2.2	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_05/2018	M2	2.373,00	R\$ 0,71	R\$ 0,88	R\$ 2.088,24
5.2.3	90082	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M3	339,00	R\$ 9,85	R\$ 12,22	R\$ 4.142,58
5.2.4	100982	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	339,00	R\$ 9,52	R\$ 11,81	R\$ 4.003,59
5.2.5	101149	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO ESCARIFICAÇÃO, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 2ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020 - EMPRESTIMO JAZIDA	M3	220,35	R\$ 21,03	R\$ 26,09	R\$ 5.748,93
5.2.6	94319 SINAPI	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M3	220,35	R\$ 85,26	R\$ 105,77	R\$ 23.306,42
5.2.7	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	8.263,13	R\$ 3,33	R\$ 4,13	R\$ 34.126,71

5.2.8	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	118,65	R\$ 1.092,41	R\$ 1.355,13	R\$ 160.786,17
5.2.9	00036178	Piso tátil 25x25 pré-moldado (16 unidades)	M2	282,50	R\$ 287,55	R\$ 356,71	R\$ 100.770,58

TOTAL GERAL DA OBRA							R\$ 2.608.879,53
----------------------------	--	--	--	--	--	--	-------------------------

VICTOR TADEU MODESTO BORGES:01288645244

Assinado de forma digital por
VICTOR TADEU MODESTO
BORGES:01288645244

Eng. VICTOR TADEU MODESTO BORGES
ENGENHEIRO CIVIL – RESPONSÁVEL TÉCNICO
CREA: 151872628-3 PA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO

DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO

Declaramos que foram utilizadas as composições de preços unitários com seus respectivos códigos do sistema SEDOP MAR/2026 e SINAPI FEV/2026 constando na planilha de orçamento para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, CONTEMPLANDO DRENAGEM PROFUNDA, SUPERFICIAL E CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM VÁRIAS VIAS DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ/PA.

VICTOR TADEU
MODESTO

BORGES:01288645244

Assinado de forma digital por

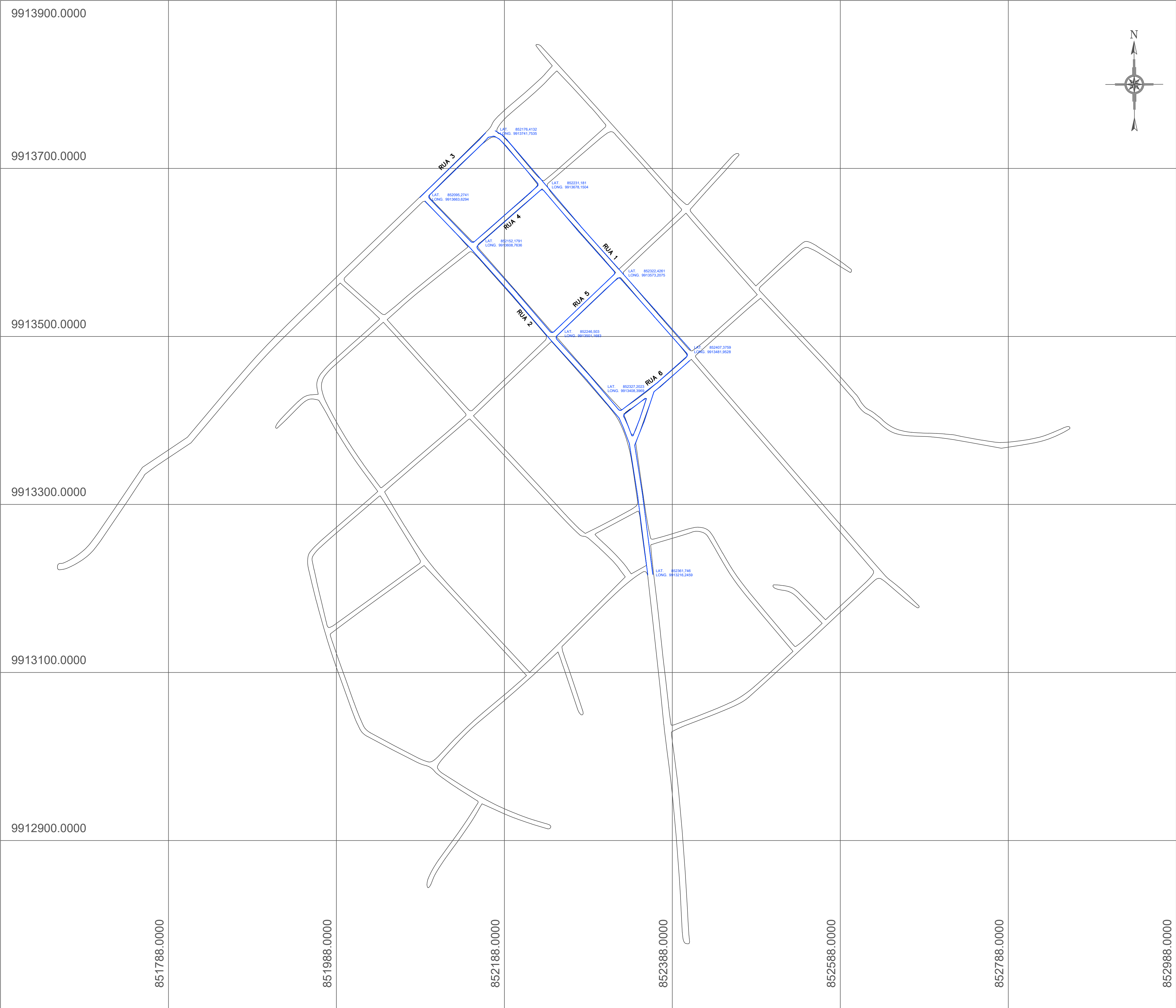
VICTOR TADEU MODESTO

BORGES:01288645244

VICTOR TADEU MODESTO BORGES

ENGENHEIRO CIVIL

CREA 1518726283PA



Localização de Curuçá no Pará



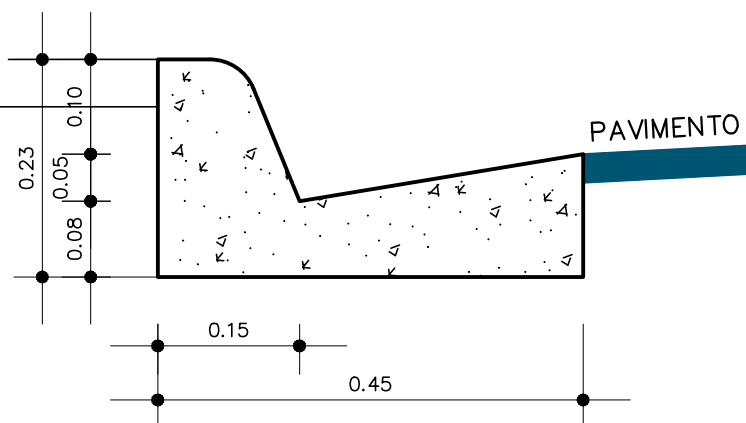
Localização de Curuçá no Brasil



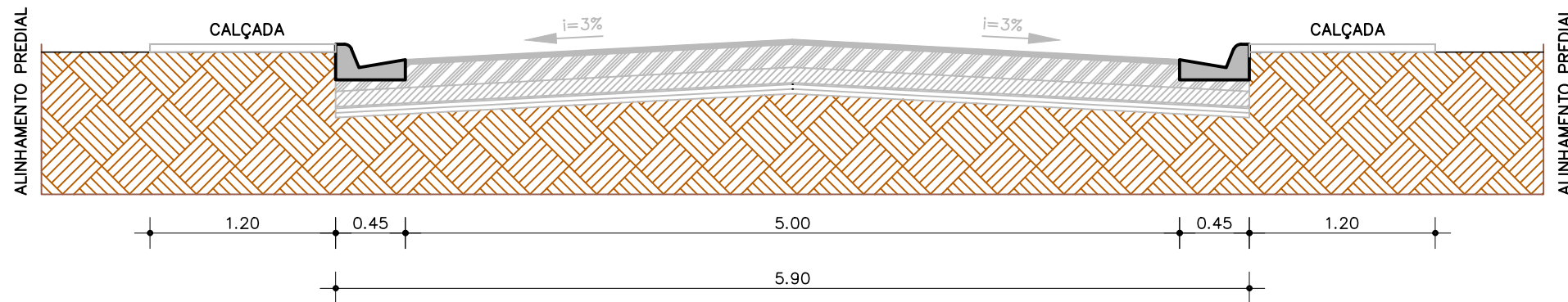
Coordenadas: 0°46'55.78"S, 47°50'5.49"O

LEGENDA:

- MEIO-FIO C/ SARJETA
- RUA ASFALTADA
- RUA SOLO NATURAL



DETALHE DO MEIO FIO E SARJETA



SEÇÃO - MEIO-FIO

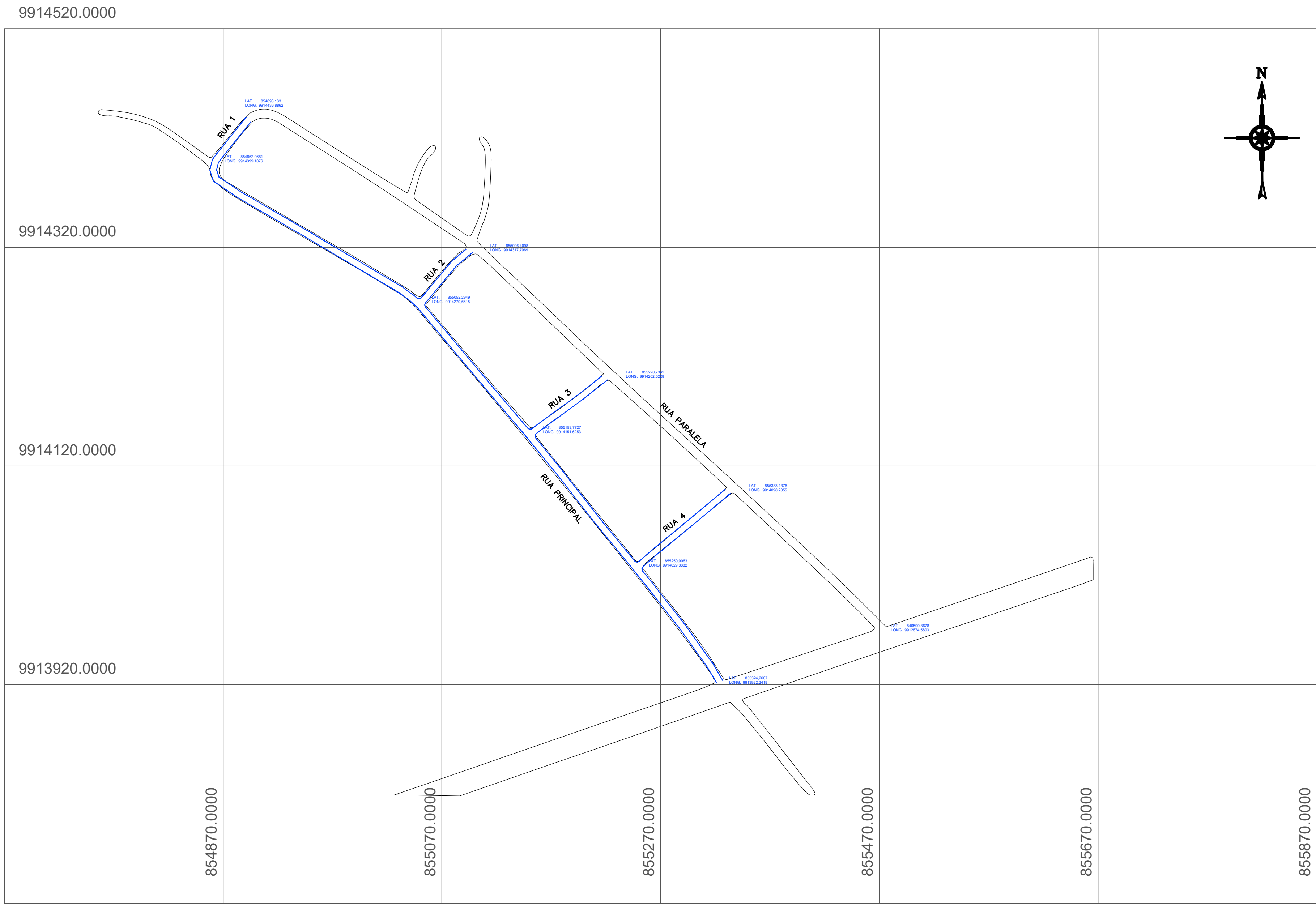
QUADRO DE MEIO-FIO							
LOCALIDADE/ LOGRADOURO	COORDENADAS				MEIO-FIO C/ SARJETA(m) LADO A	MEIO-FIO C/ SARJETA(m) LADO B	ESCOVAÇÃO (m³)
	INICIO (E/N)		FIM (E/N)				
	ESTE (m)	NORTE (m)	ESTE (m)	NORTE (m)			
COMUNIDADE DE BOA VISTA DE IRIRITEUA							
RUA 1	852176,4132	9913741,7535	852407,3759	9913481,9528	352,94	350,21	46,41
RUA 2	852095,2741	9913663,6294	852361,746	9913216,2459	537,69	421,88	63,33
RUA 3	852095,2741	9913663,6294	852176,4132	9913741,7535	110,27	97,08	13,68
RUA 4	852152,1791	9913608,7636	852231,181	9913678,1504	99,73	98,94	13,11
RUA 5	852246,503	9913501,1683	852322,4261	9913573,2075	98,63	98,68	13,02
RUA 6	852327,2023	9913408,3969	852407,3759	9913481,9528	98,98	123,13	14,66
TOTAL					1.298,24	1.189,92	164,22



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ-PARÁ
Praça Coronel Horácio, 70 - CEP.: 68775-000



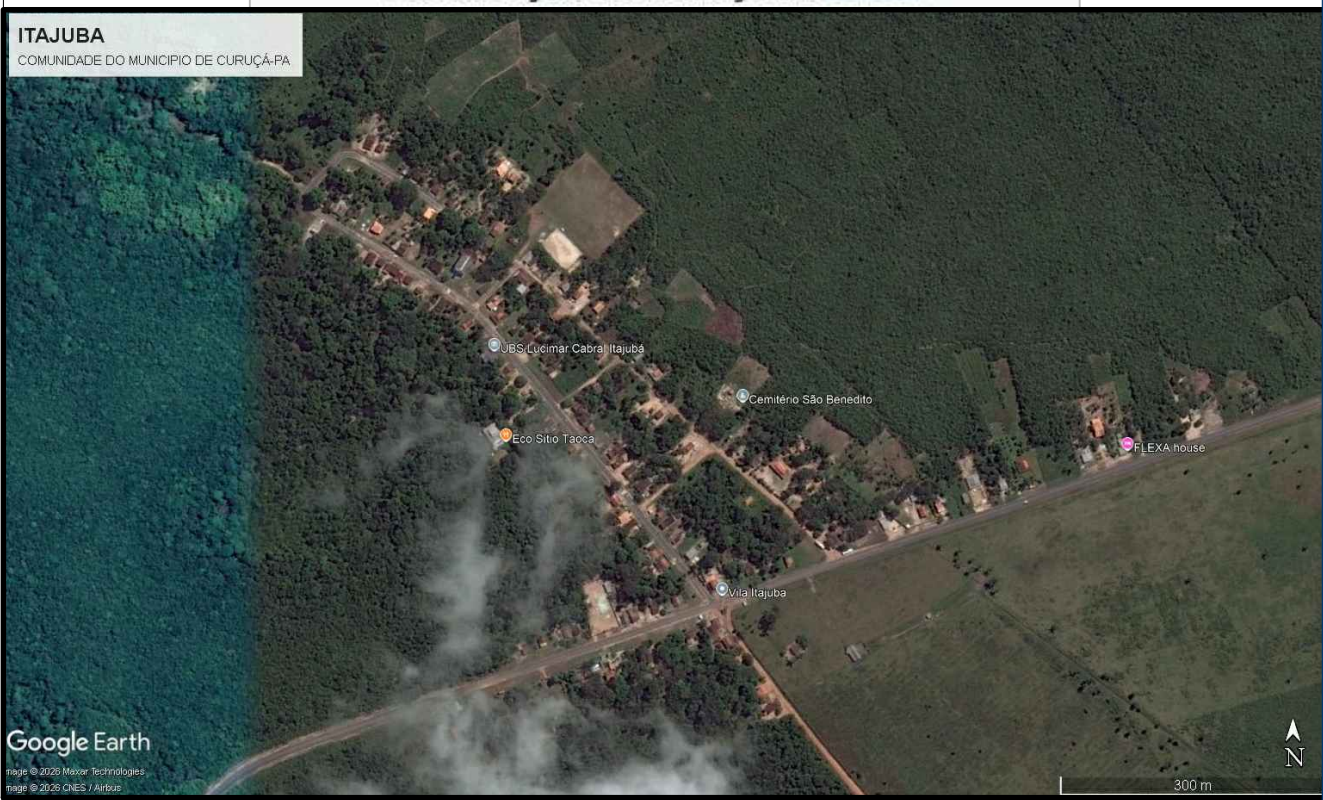
OBRA:		SERVIÇOS DE DRENAGEM SUPERFICIAL		ENDEREÇO DA OBRA:	
PROJETO:		CONTEÚDO:		AV. SETE DE SETEMBRO	
BOA VISTA IRIRITEUA DRENAGEM		PLANTA BAIXA; DET.: MEIO FIO-PERFIL		CURUÇÁ-PARÁ	
COORDENADOR DE PROJETO:		DATA:		CEP: 68.750-000	
ANDERSON MARTINS		MARÇO/2026		STATUS:	
TUPA: 7379 - andersonm@curuca.pa.gov.br		PRÓPRIETÁRIO DO PROJETO:		<input checked="" type="checkbox"/> EXECUTIVO <input type="checkbox"/> APROVADO <input type="checkbox"/> LIBERADO P/ OBRA	
PRONCHAS:		ENG. RESP. ART:		<input type="checkbox"/> BÁSICO <input type="checkbox"/> LICITAÇÃO <input type="checkbox"/> EXECUTADO	
PREFEITURA DE CURUÇÁ - PA		ENG. VÍCTOR TADEU MODESTO BORGES		INDICADA	
CNPJ: 05.171.939/0001-32		Engº Civil - CREA 151872628-3		01/01	



Localização de Curuçá no Pará



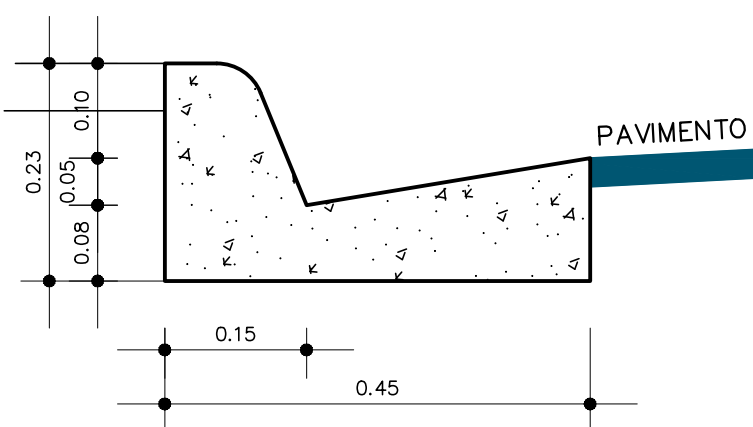
Localização de Curuçá no Brasil



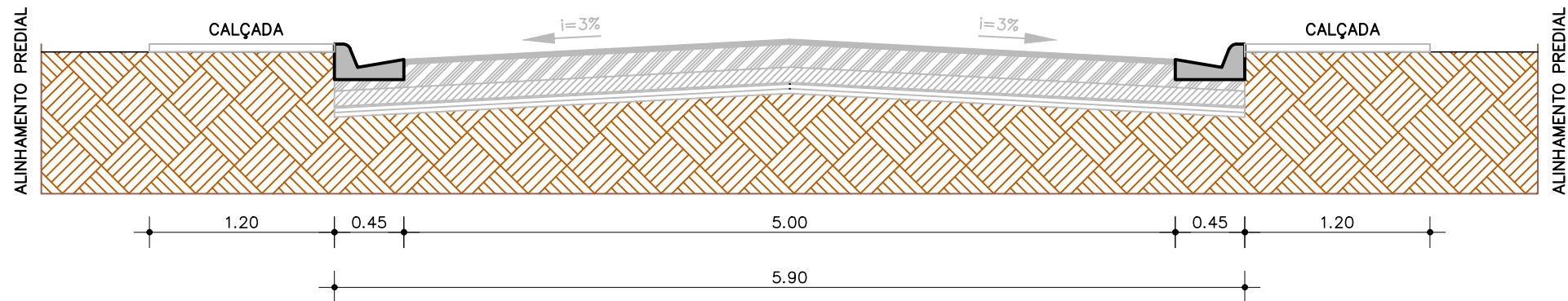
Coordenadas: 0°46'38.83"S, 47°48'29.29"O

LEGENDA:

- MEIO-FIO C/ SARJETA
- RUA ASFALTADA
- RUA SOLO NATURAL




DETALHE DO MEIO FIO E SARJETA




SEÇÃO - MEIO-FIO

QUADRO DE MEIO-FIO							
LOCALIDADE/ LOGRADOURO	COORDENADAS				MEIO-FIO C/ SARJETA(m) LADO A	MEIO-FIO C/ SARJETA(m) LADO B	ESCOVAÇÃO (m³)
	INÍCIO (E/N)		FIM (E/N)				
	ESTE (m)	NORTE (m)	ESTE (m)	NORTE (m)			
COMUNIDADE DE ITAJUBA							
RUA PRINCIPAL	854862,9681	9914399,1076	855324,2607	9913922,2419	679,32	666,61	88,83
RUA 1	854862,9681	9914399,1076	854893,133	9914436,8862	49,57	47,12	6,38
RUA 2	855052,2949	9914270,6615	855096,4098	9914317,7969	60,57	63,22	8,18
RUA 3	855153,7727	9914151,6253	855220,7342	9914202,0229	79,97	81,66	10,67
RUA 4	855250,9063	9914029,3882	855333,1376	9914098,2055	102,52	104,45	13,66
TOTAL					972,05	963,06	127,72



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ-PARÁ
Praça Coronel Horácio, 70 - CEP.: 68775-000



SERVIÇOS DE DRENAGEM SUPERFICIAL

ITAJUBA DRENAGEM

CONTEÚDO:
PLANTA BAIXA; DET.: MEIO FIO-PERFIL

DATA:
MARÇO/2026

COORDENADOR DE PROJETO:
ANDERSON MARTINS
TEL: (94) 7379 - andersonmartins@gmail.com

PRÓPRIETÁRIO DO PROJETO:

ENDEREÇO DA OBRA:
AV. SETE DE SETEMBRO
CURUÇÁ-PARÁ
CEP.: 68.750-000

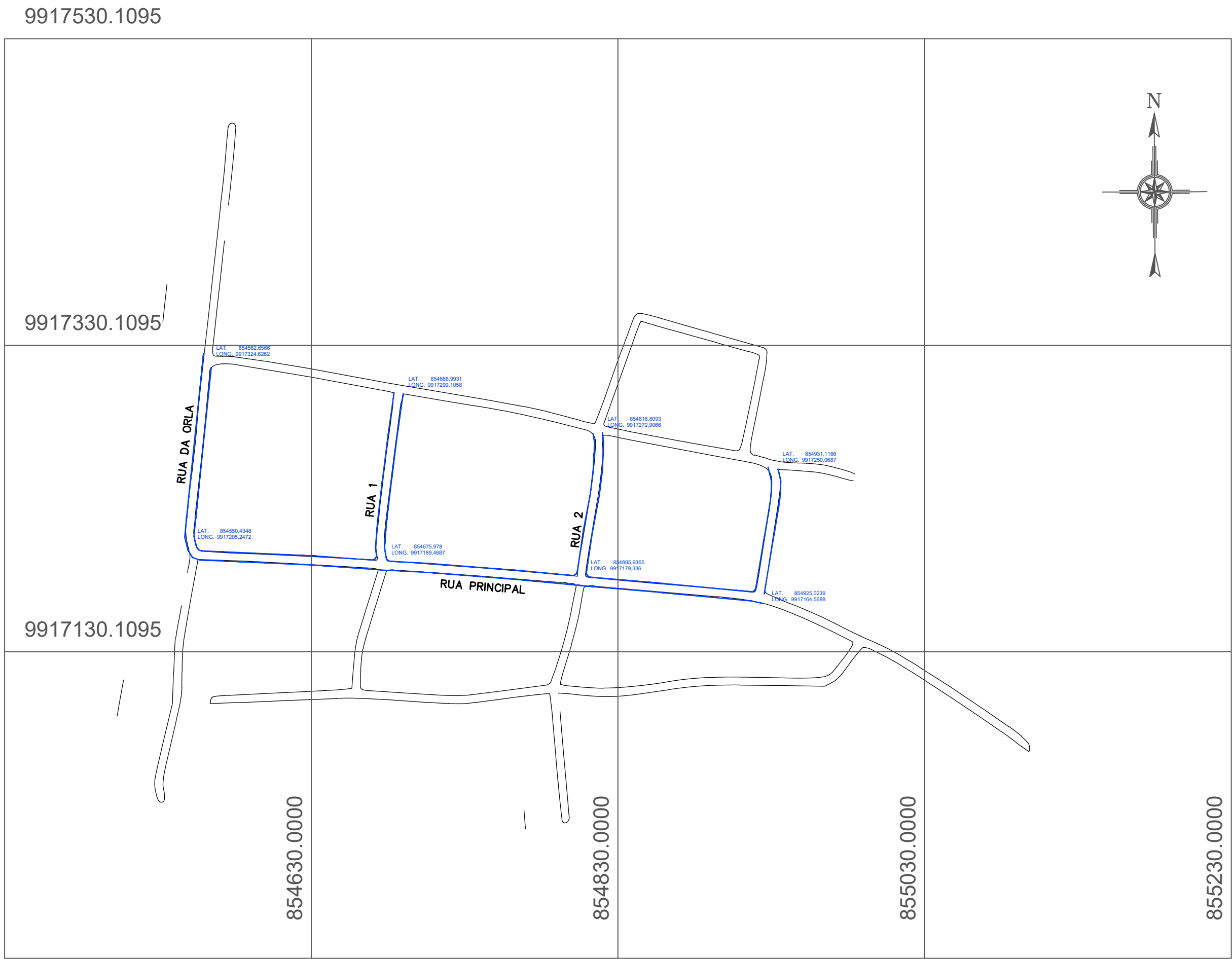
STATUS:
☒ EXECUTIVO
☐ APROVADO
☐ LIBERADO P/ OBRA

ESCALA:
INDICADA

PREFEITURA DE CURUÇÁ - PA
CNPJ: 05.171.939/0001-32

ENG. VÍCTOR TADEU MODESTO BORGES
Engº Civil - CREA 151872628-3

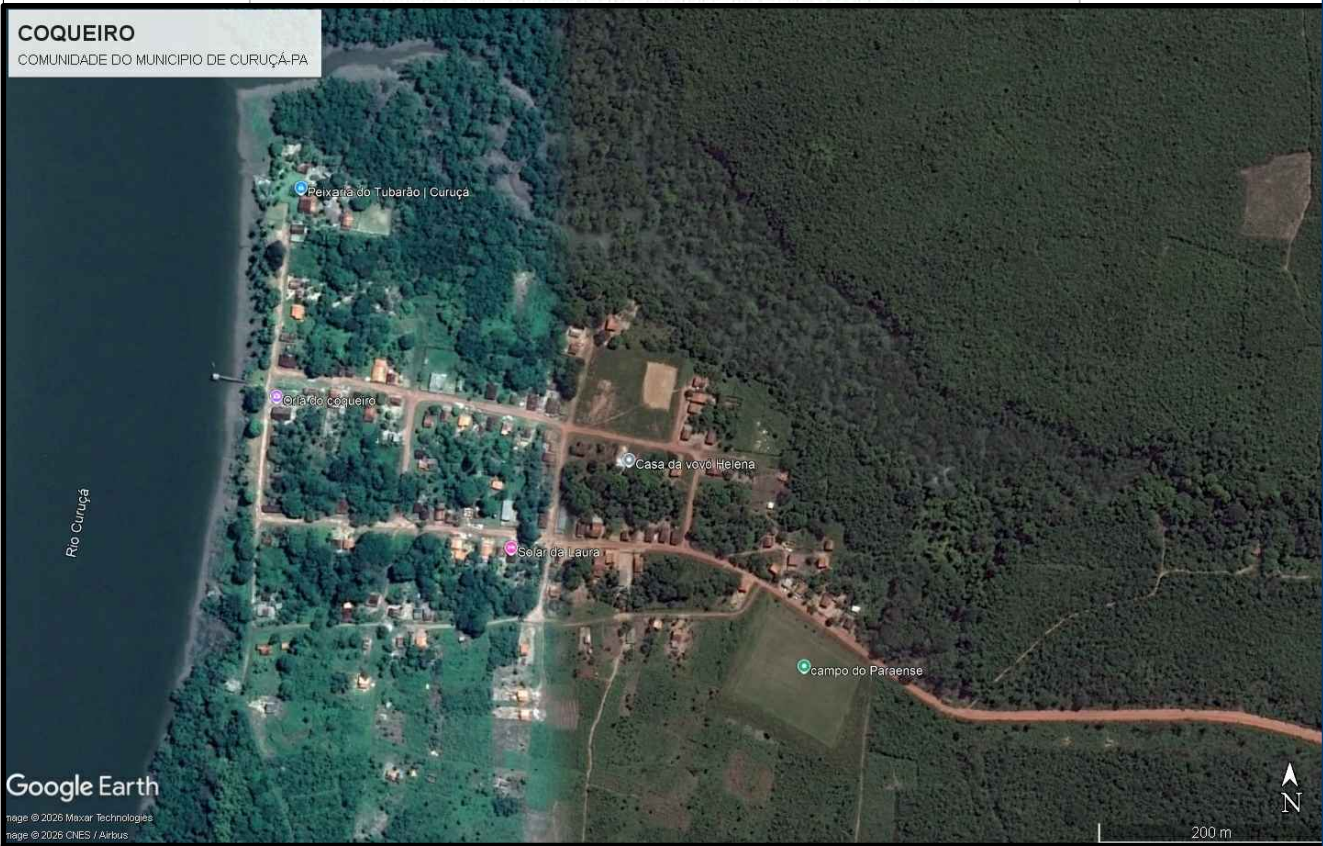
PRANCHA:
DRE
01/01



Localização de Curuçá no Pará



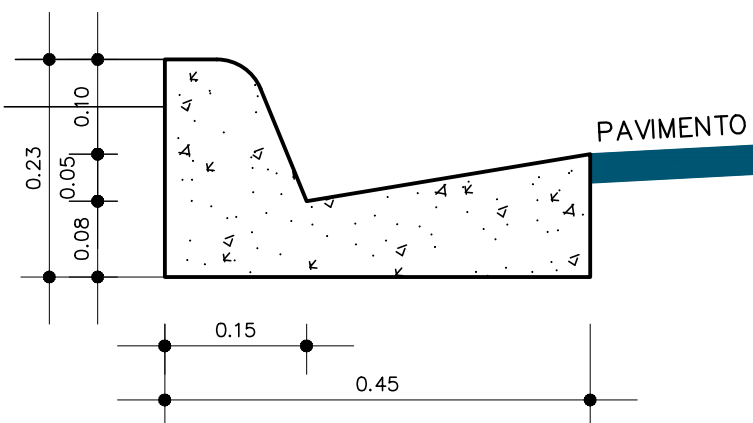
Localização de Curuçá no Brasil



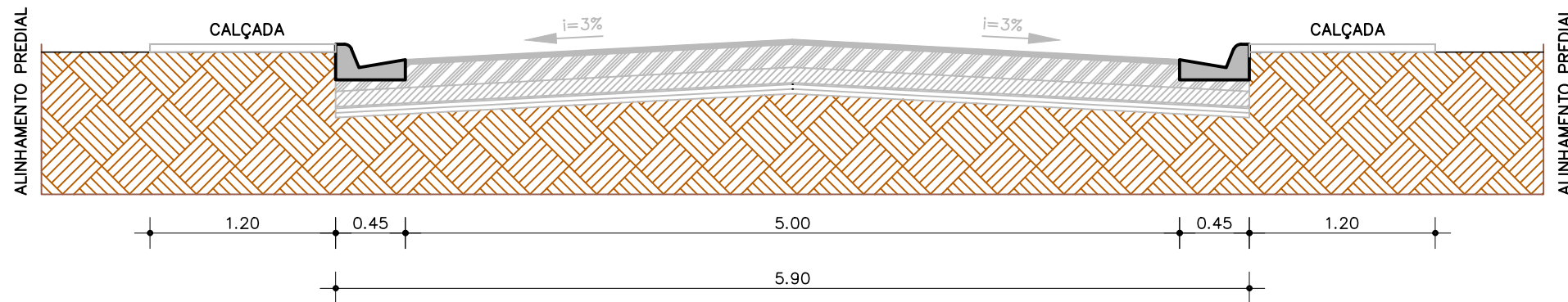
Coordenadas: 0°44'52.85"S, 47°48'54.79"O

LEGENDA:

- MEIO-FIO C/ SARJETA
- RUA ASFALTADA
- RUA SOLO NATURAL




DETALHE DO MEIO FIO E SARJETA




SEÇÃO - MEIO-FIO

QUADRO DE MEIO-FIO							
LOCALIDADE/ LOGRADOURO	COORDENADAS				MEIO-FIO C/ SARJETA(m) LADO A	MEIO-FIO C/ SARJETA(m) LADO B	ESCOVAÇÃO (m³)
	INICIO (E/N)		FIM (E/N)				
	ESTE (m)	NORTE (m)	ESTE (m)	NORTE (m)			
COMUNIDADE DO COQUEIRO							
RUA PRINCIPAL	854925,0239	9917164,5688	854550,4348	9917205,2472	387,95	369,89	50,02
RUA DA ORLA	854550,4348	9917205,2472	854562,6566	9917324,6262	120,52	110,74	15,26
RUA 1	854675,978	9917189,4687	854686,9931	9917299,1058	106,99	107,72	14,17
RUA 2	854805,9365	9917179,336	854816,8093	9917272,9066	91,00	91,96	12,07
RUA 3	854925,0239	9917164,5688	854931,1166	9917250,0687	80,04	82,78	10,77
TOTAL					786,50	763,09	102,27



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ-PARÁ

Praça Coronel Horácio, 70 - CEP.: 68775-000



OBRA:

SERVIÇOS DE DRENAGEM SUPERFICIAL

PROJETO:

COQUEIRO DRENAGEM

COORDENADOR DE PROJETO:

ANDERSON MARTINS

PROPRIETÁRIO DO PROJETO:

CONTEÚDO:

PLANTA BAIXA; DET.: MEIO FIO-PERFIL

DATA:

MARÇO/2026

ENDEREÇO DA OBRA:

AV. SETE DE SETEMBRO
CURUÇÁ-PARÁ
CEP.: 68.750-000

STATUS:

☒ EXECUTIVO
☐ APROVADO
☐ LIBERADO P/ OBRA

ESCALA:

INDICADA

PRONCHA:

DRE 01/01

PREFEITURA DE CURUÇÁ - PA
CNPJ: 05.171.939/0001-32

ENG. VÍCTOR TADEU MODESTO BORGES
Engº Civil - CREA 151872628-3

DATA: ABRIL/2026

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DRENAGEM PROFUNDA, EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO TOTAL	%	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3
				100%		
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 17.157,89	1,88%	R\$ 17.157,89		
				30% 40% 30%		
3.0	DRENAGEM PROFUNDA	R\$ 893.423,66	98,12%	R\$ 268.027,10	R\$ 357.369,46	R\$ 268.027,10

PREÇO TOTAL GERAL	R\$ 910.581,55	100%			
PARCELA	R\$		R\$ 285.184,99	R\$ 357.369,46	R\$ 268.027,10
PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL	%		31,32%	39,25%	29,43%
VALORES ACUMULADOS	R\$		R\$ 285.184,99	R\$ 642.554,45	R\$ 910.581,55
PERCENTUAL ACUMULADO	%		31,32%	70,57%	100,00%

VICTOR TADEU MODESTO
BORGES:01288645244

Assinado de forma digital por VICTOR
TADEU MODESTO BORGES:01288645244

Eng. VICTOR TADEU MODESTO BORGES
ENGENHEIRO CIVIL – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
CREA: 151872628-3 PA

DATA: ABRIL/2026

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DRENAGEM SUPERFICIAL, MEIO FIO C/ SARJETA, EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO TOTAL	%	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3
				100%		
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 15.939,99	0,56%	R\$ 15.939,99		
				30%	40%	30%
2.0	DRENAGEM SUPERFICIAL	R\$ 2.837.266,84	99,44%	R\$ 851.180,05	R\$ 1.134.906,74	R\$ 851.180,05
				30%	40%	30%

PREÇO TOTAL GERAL	R\$ 2.853.206,83	100%			
PARCELA	R\$		R\$ 867.120,04	R\$ 1.134.906,74	R\$ 851.180,05
PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL	%		30,39%	39,78%	29,83%
VALORES ACUMULADOS	R\$		R\$ 867.120,04	R\$ 2.002.026,78	R\$ 2.853.206,83
PERCENTUAL ACUMULADO	%		30,39%	70,17%	100,00%

VICTOR TADEU MODESTO
BORGES:01288645244

Assinado de forma digital por
VICTOR TADEU MODESTO
BORGES:01288645244

Eng.VICTOR TADEU MODESTO BORGES
ENGENHEIRO CIVIL – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
CREA: 151872628-3 PA

DATA: ABRIL/2023

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DRENAGEM SUPERFICIAL E PASSEIO DE CALÇADA PARA EXECUÇÃO DE CALÇADAS, COM ACESSIBILIDADE, MEIO FIO E SARJETA, EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

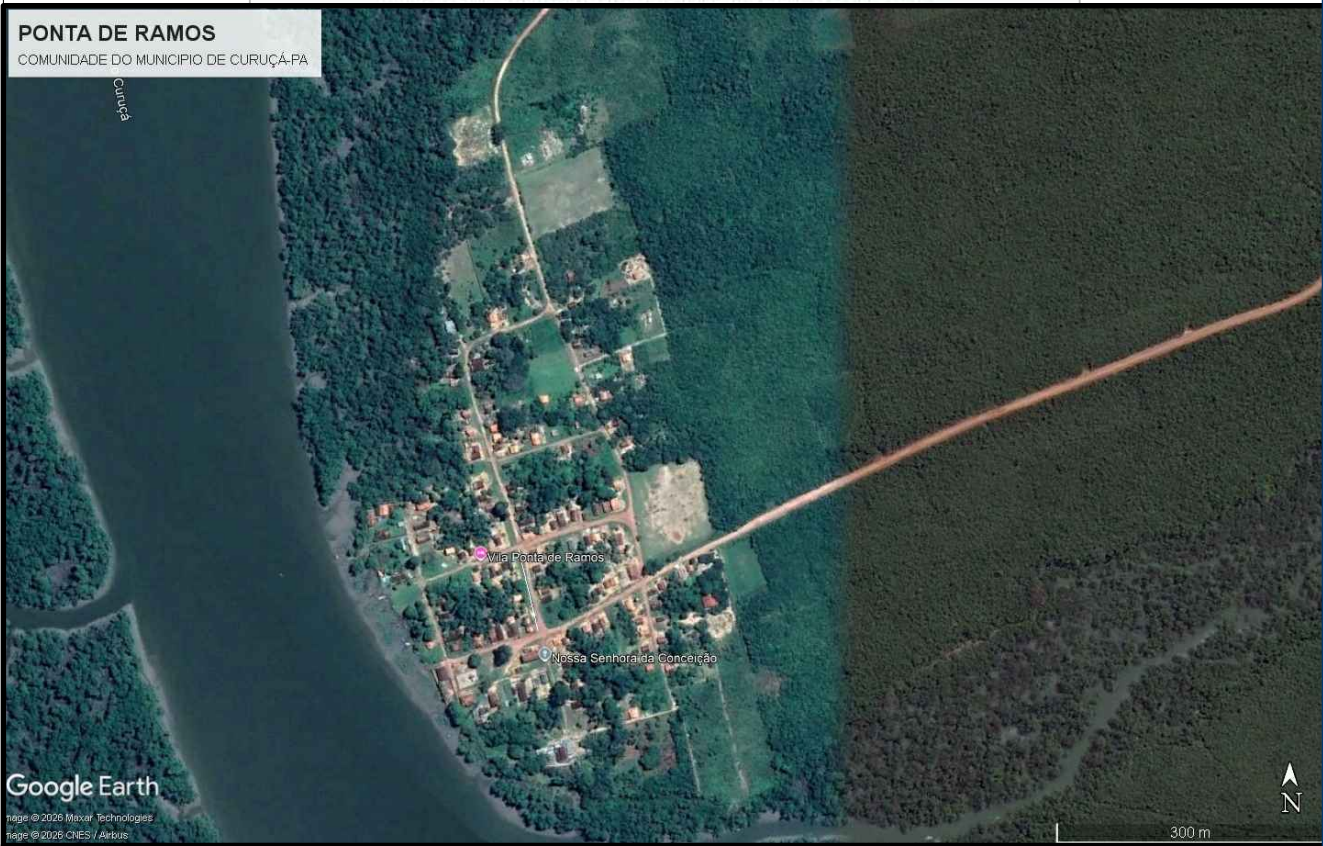
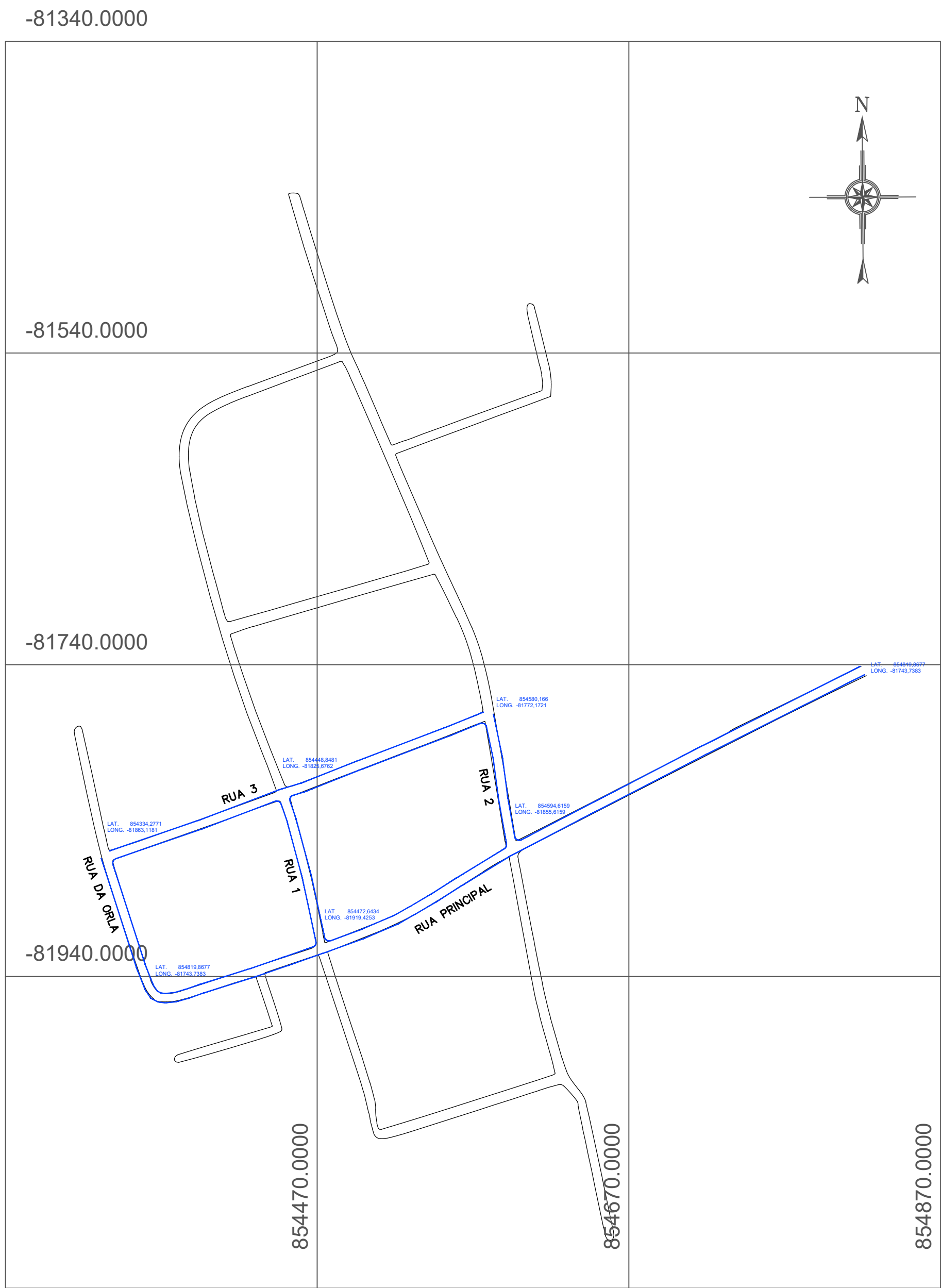
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO TOTAL	%	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3
				100%		
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 1.328,33	0,05%	R\$ 1.328,33		
				30%	40%	30%
3.0	DRENAGEM SUPERFICIAL	R\$ 785.035,94	30,09%	R\$ 235.510,78	R\$ 314.014,38	R\$ 235.510,78
				30%	40%	30%
4.0	CALÇADAS	R\$ 1.822.515,26	69,86%	R\$ 546.754,58	R\$ 729.006,10	R\$ 546.754,58

PREÇO TOTAL GERAL	R\$ 2.608.879,53	100%			
PARCELA	R\$		R\$ 783.593,69	R\$ 1.043.020,48	R\$ 782.265,36
PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL	%		30,04%	39,98%	29,98%
VALORES ACUMULADOS	R\$		R\$ 783.593,69	R\$ 1.826.614,17	R\$ 2.608.879,53
PERCENTUAL ACUMULADO	%		30,04%	70,02%	100,00%

VICTOR TADEU MODESTO
BORGES:01288645244

Assinado de forma digital por
VICTOR TADEU MODESTO
BORGES:01288645244

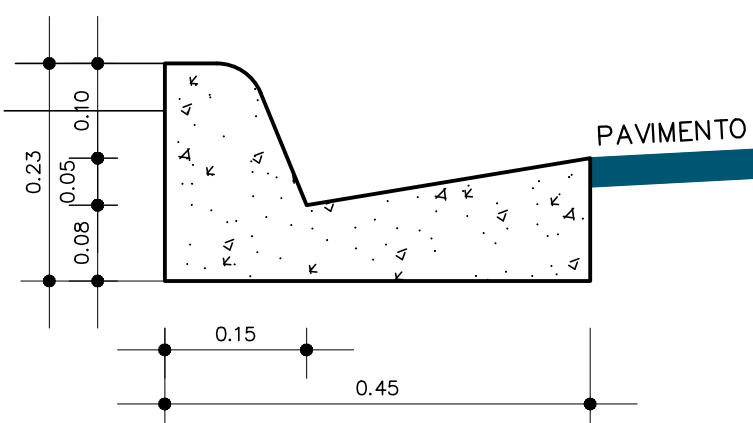
Eng. VICTOR TADEU MODESTO BORGES
ENGENHEIRO CIVIL – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
CREA: 151872628-3 PA



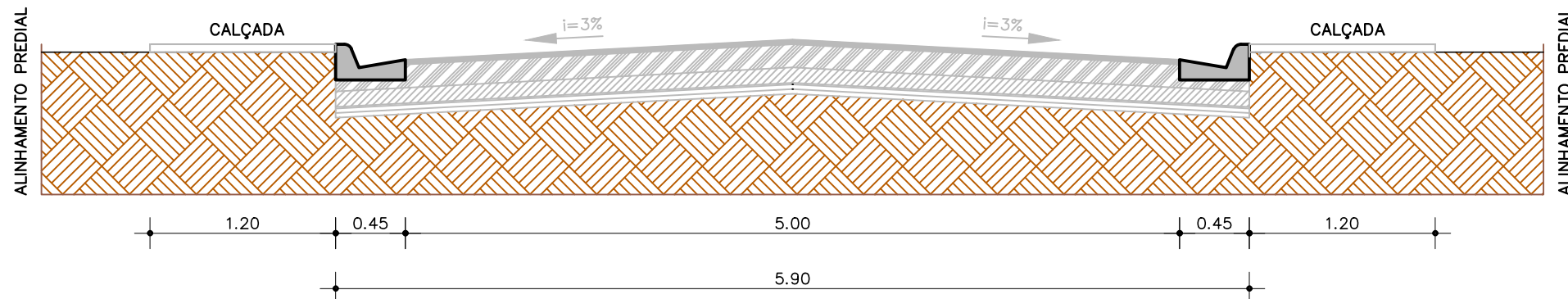
Coordenadas: 0°44'25.21"S, 47°49'0.60"O

LEGENDA:

- MEIO-FIO C/ SARJETA
- RUA ASFALTADA
- RUA SOLO NATURAL




DETALHE DO MEIO FIO E SARJETA




SEÇÃO - MEIO-FIO

QUADRO DE MEIO-FIO							
LOCALIDADE/ LOGRADOURO	COORDENADAS (m)				MEIO-FIO C/ SARJETA(m) LADO A	MEIO-FIO C/ SARJETA(m) LADO B	ESCOVAÇÃO (m³)
	INÍCIO (E/N)		FIM (E/N)				
	ESTE (m)	NORTE (m)	ESTE (m)	NORTE (m)			
COMUNIDADE DE PONTA DE RAMOS							
RUA PRINCIPAL	854819,8677	-81743,7383	854819,8677	-81743,7383	514,27	498,93	66,87
RUA DA ORLA	854819,8677	-81743,7383	854334,2771	-81863,1181	88,77	81,59	11,24
RUA 1	854472,6434	-81919,4253	854448,8481	-81825,6762	90,93	90,05	11,94
RUA 2	854594,6159	-81855,6159	854580,166	-81772,1721	76,24	79,72	10,29
RUA 3	854334,2771	-81863,1181	854580,166	-81772,1721	256,24	256,32	33,86
TOTAL					1.026,87	1.006,61	134,21



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ-PARÁ

Praça Coronel Horácio, 70 - CEP.: 68775-000



OBRA:

SERVIÇOS DE DRENAGEM SUPERFICIAL

PROJETO:

PONTA DE RAMOS DRENAGEM

COORDENADOR DE PROJETO:

ANDERSON MARTINS

PROPRIETÁRIO DO PROJETO:

CONTEÚDO:

PLANTA BAIXA; DET.: MEIO FIO-PERFIL

DATA:

MARÇO/2026

ENDEREÇO DA OBRA:

AV. SETE DE SETEMBRO CURUÇÁ-PARÁ CEP: 68.750-000

STATUS:

☒ EXECUTIVO ☐ APROVADO ☐ LIBERADO P/ OBRA

ESCALA:

INDICADA

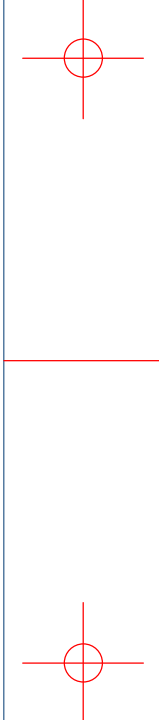
ENG. RESP. ART:

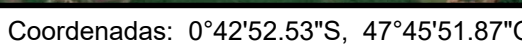
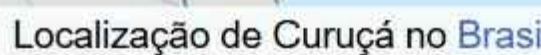
PRANCHAS:

DRE 01/01



PREFEITURA DE CURUÇÁ - PA CNPJ: 05.171.939/0001-32

ENG. VÍCTOR TADEU MODESTO BORGES Engº Civil - CREA 151872628-3

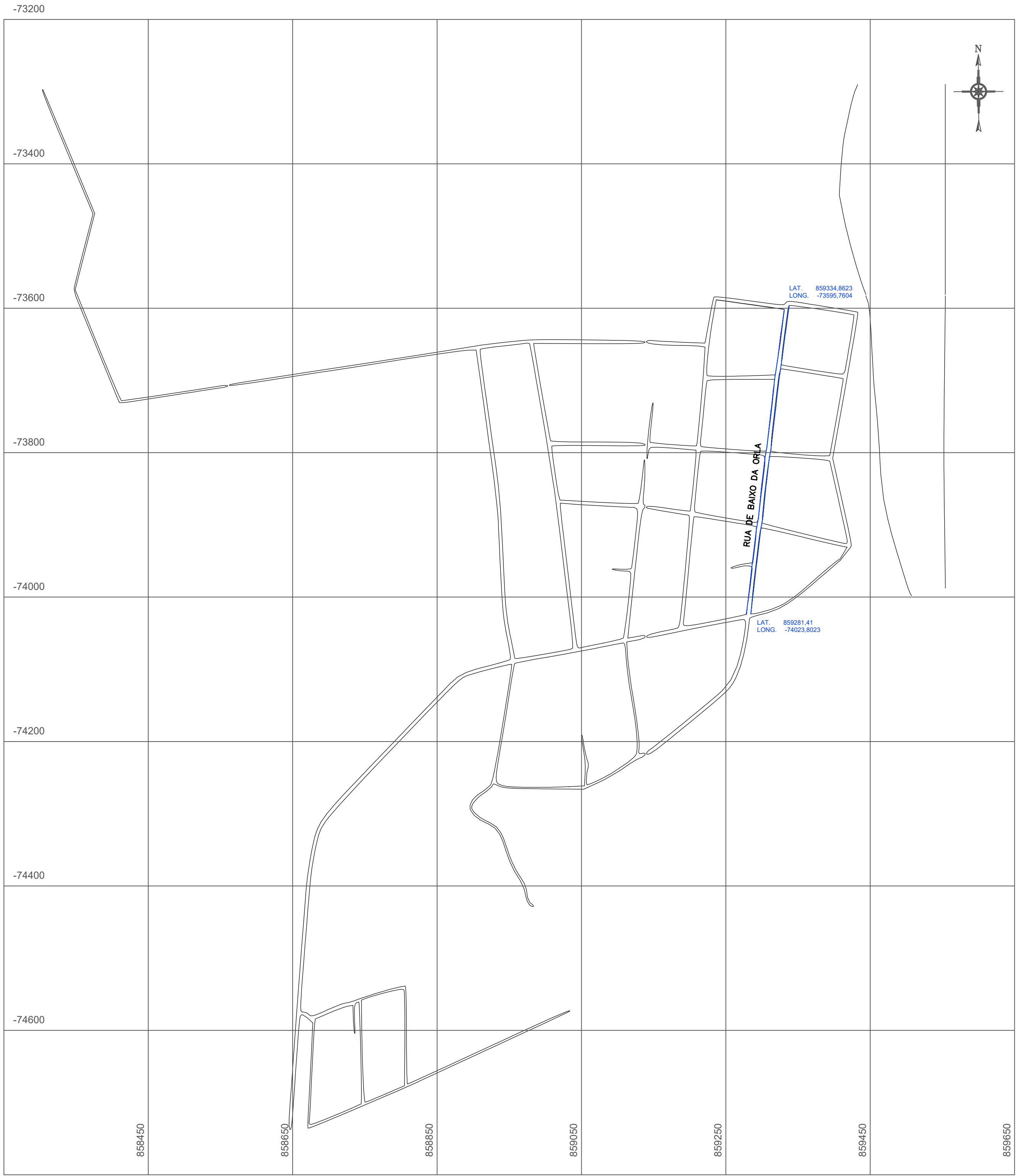




LEGENDA:

 MEIO-FIO C/ SARJETA
 RUA ASFALTADA
 RUA SOLO NATURAL

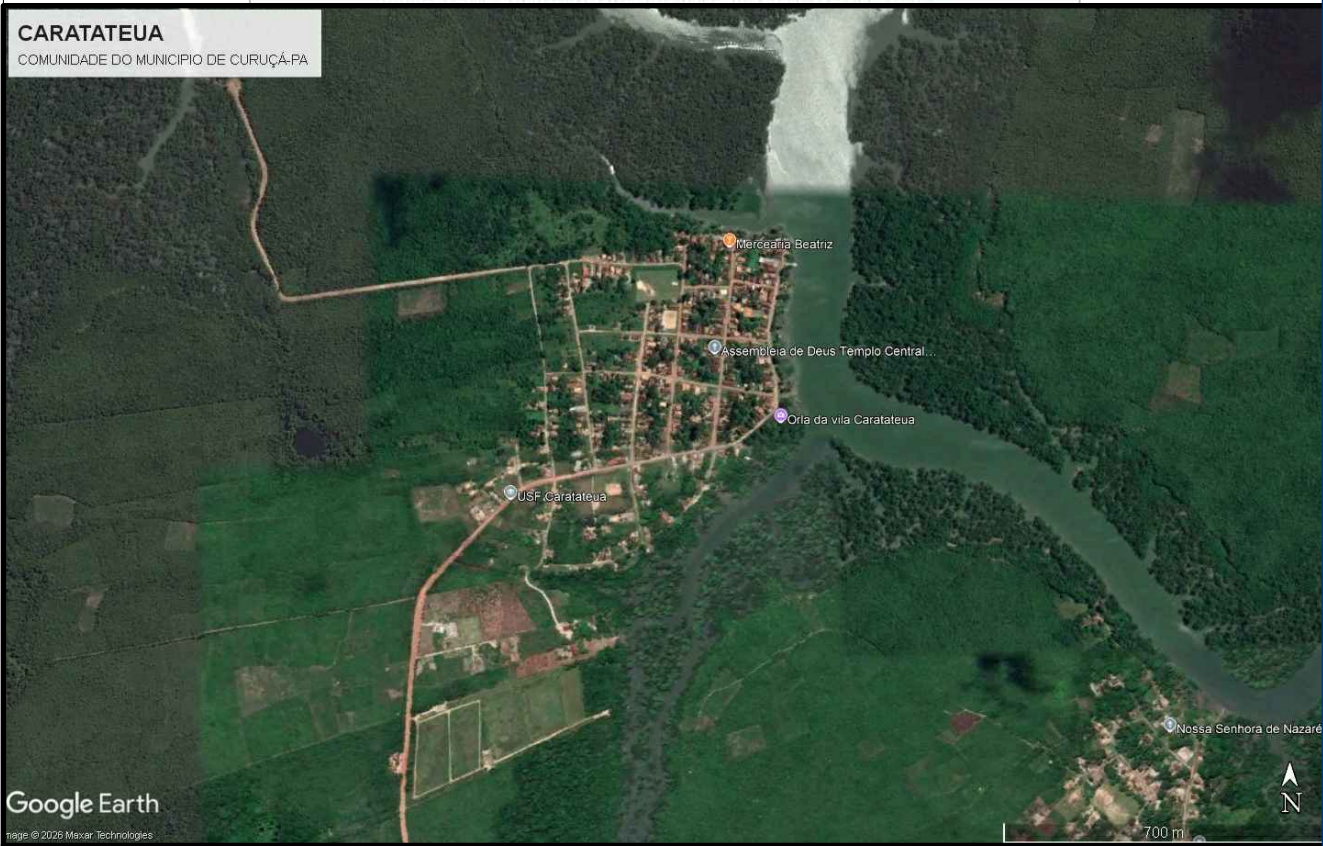




Localização de Curuçá no Pará



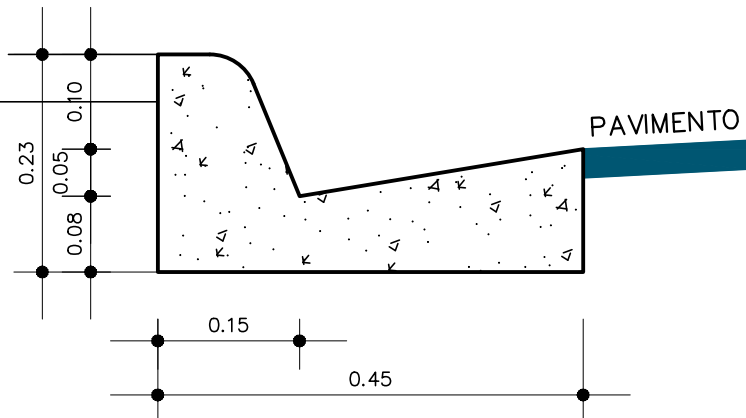
Localização de Curuçá no Brasil



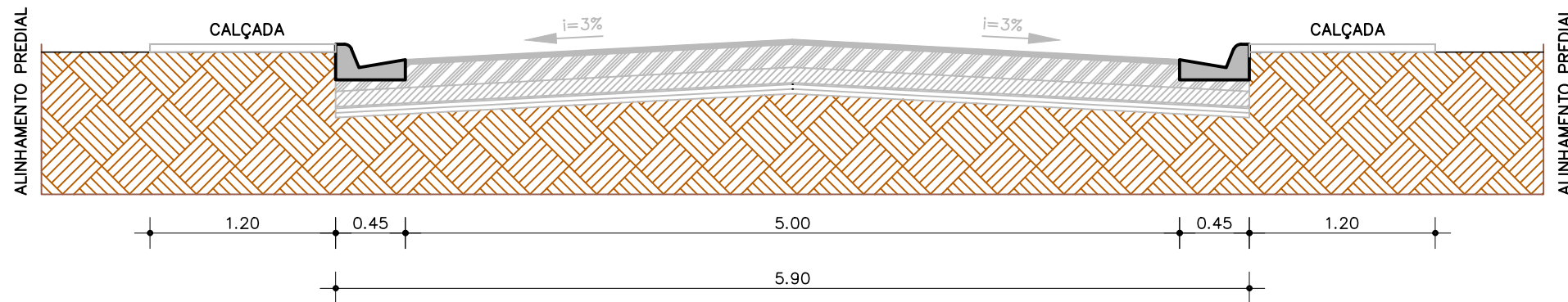
Coordenadas: 0°40'0.49"S, 47°46'17.70"O

LEGENDA:

- MEIO-FIO C/ SARJETA
- RUA ASFALTADA
- RUA SOLO NATURAL




DETALHE DO MEIO FIO E SARJETA




SEÇÃO - MEIO-FIO

QUADRO DE MEIO-FIO							
LOCALIDADE/ LOGRADOURO	COORDENADAS (m)				MEIO-FIO C/ SARJETA(m) LADO A	MEIO-FIO C/ SARJETA(m) LADO B	ESCOVAÇÃO (m³)
	INÍCIO (E/N)		FIM (E/N)				
	ESTE (m)	NORTE (m)	ESTE (m)	NORTE (m)			
COMUNIDADE DO CARATATEUA							
RUA DE BAIXO DA ORLA	859281,41	-74023,8023	859334,8623	-73595,7604	426,06	430,77	56,55
TOTAL					426,06	430,77	56,55



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ-PARÁ

Praça Coronel Horácio, 70 - CEP.: 68775-000



OBRA:

SERVIÇOS DE DRENAGEM SUPERFICIAL

PROJETO:

CARATATEUA DRENAGEM

COORDENADOR DE PROJETO:

ANDERSON MARTINS

PROPRIETÁRIO DO PROJETO:

CONTEÚDO:

PLANTA BAIXA; DET.: MEIO FIO-PERFIL

DATA:

MARÇO/2026

ENG. RESP. ART:

ENDEREÇO DA OBRA:

AV. SETE DE SETEMBRO
CURUÇÁ-PARÁ
CEP.: 68.750-000

STATUS:

☒ EXECUTIVO
☐ APROVADO
☐ LIBERADO P/ OBRA

ESCALA:

INDICADA

PRONCHA:

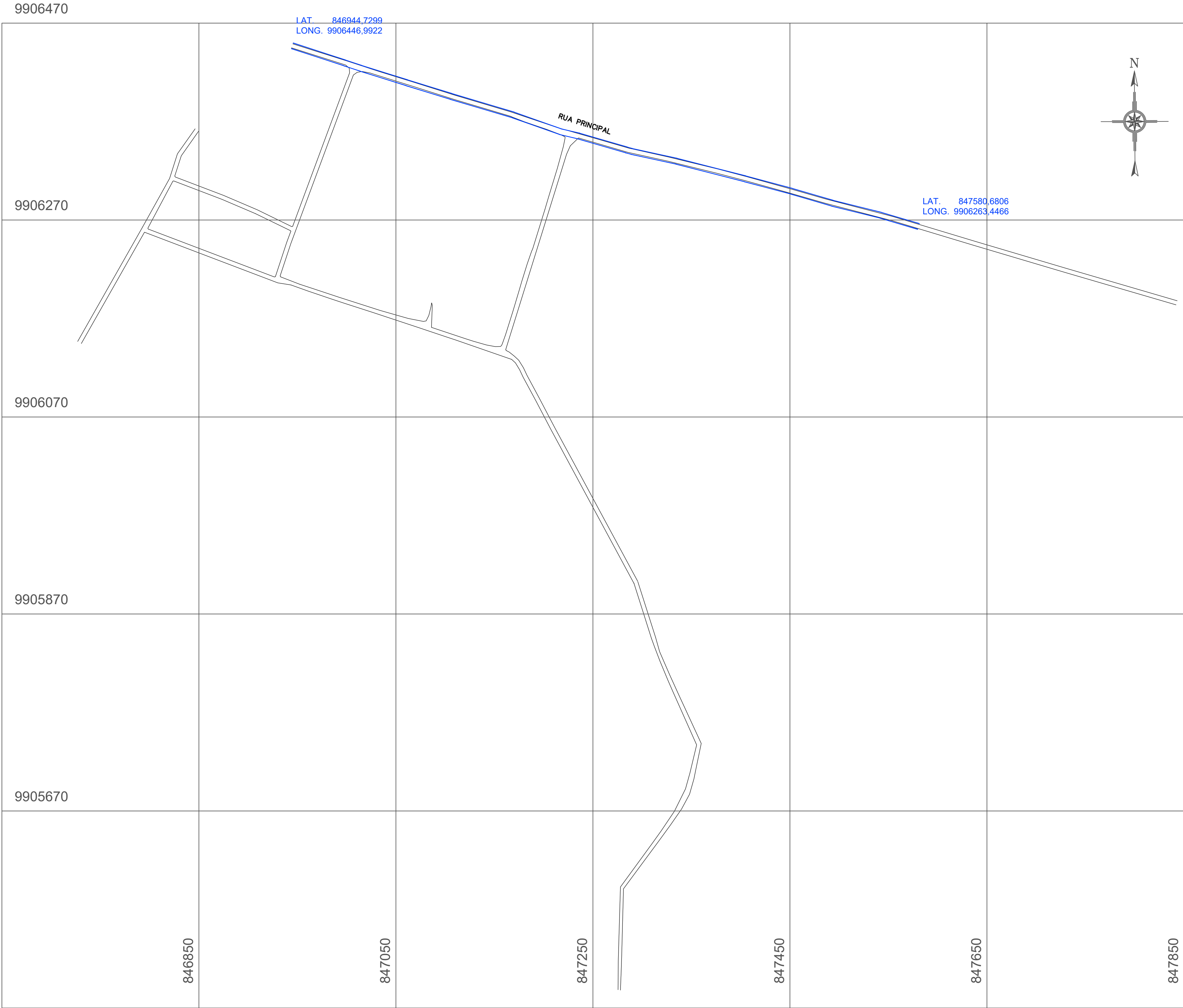
DRE 01/01

PREFEITURA DE CURUÇÁ - PA

CNPJ: 05.171.939/0001-32

ENG. VICTOR TADEU MODESTO BORGES

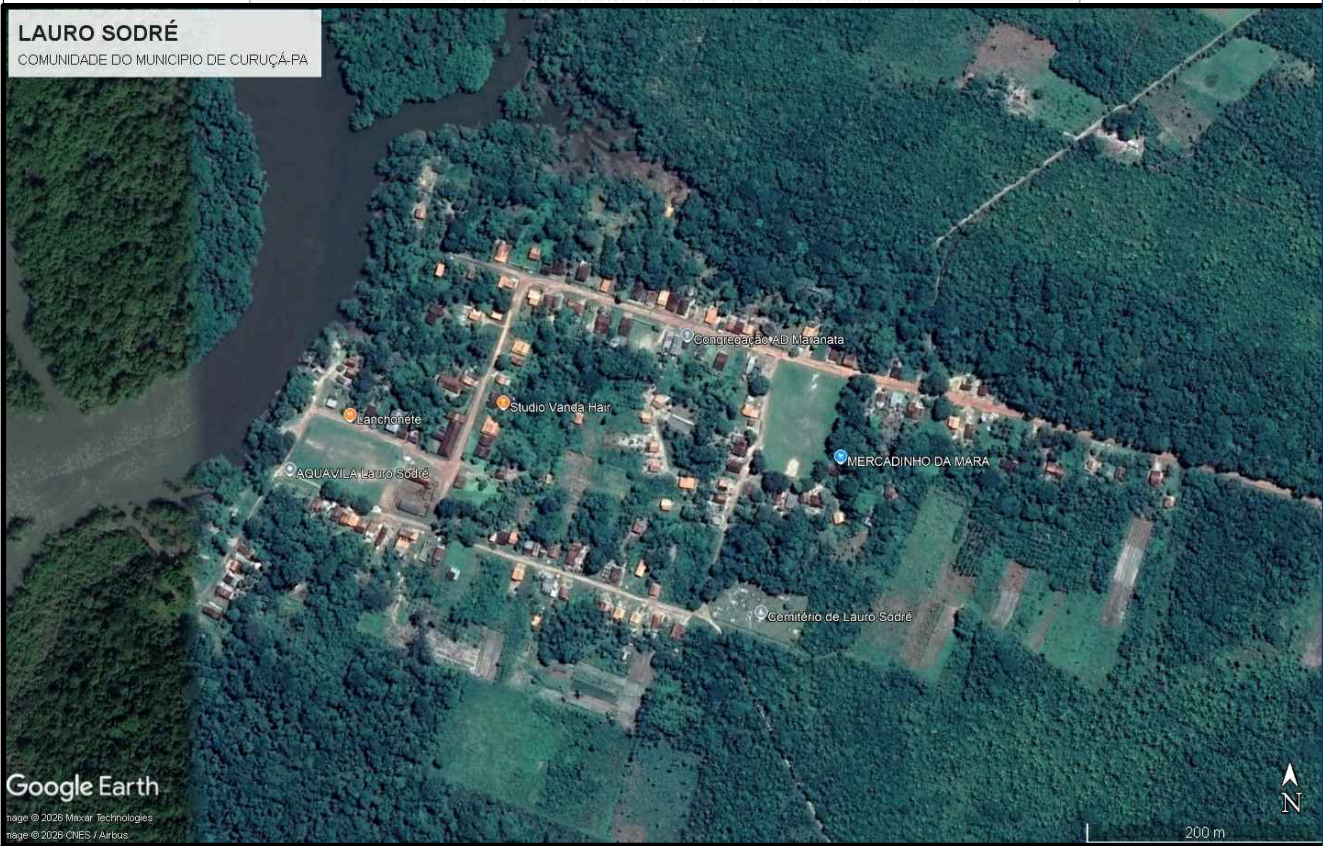
Engº Civil - CREA 151872628-3



Localização de Curuçá no Pará



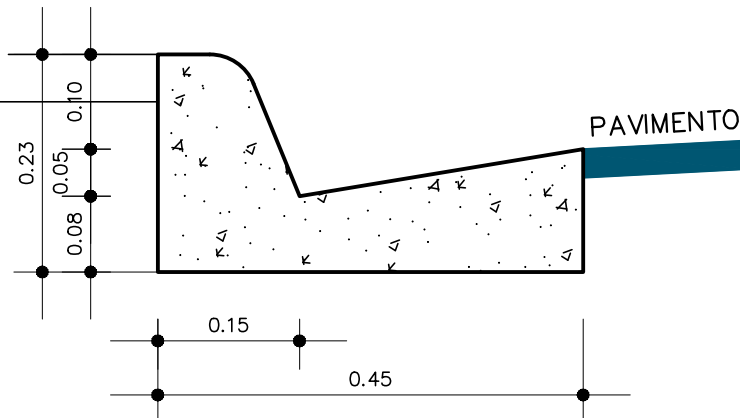
Localização de Curuçá no Brasil



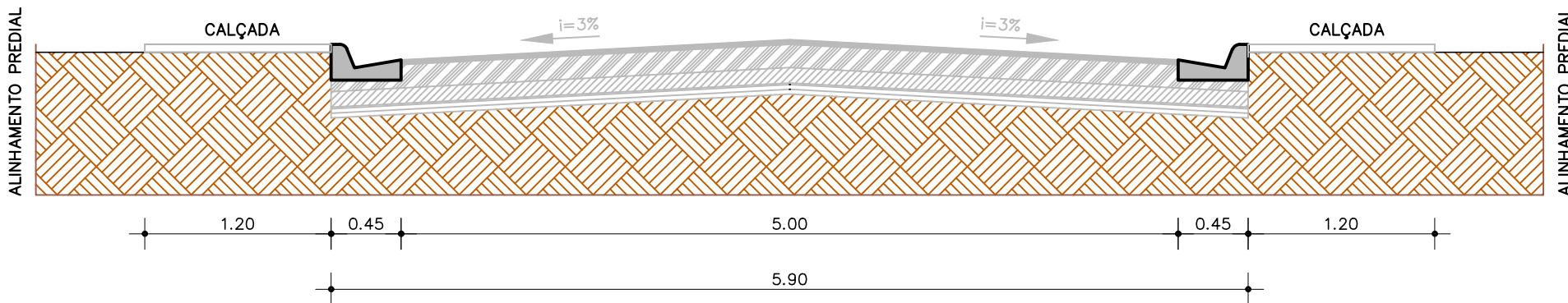
Coordenadas: 0°50'45.54"S, 47°52'50.74"O

LEGENDA:

- MEIO-FIO C/ SARJETA
- RUA ASFALTADA
- RUA SOLO NATURAL




DETALHE DO MEIO FIO E SARJETA



SEÇÃO - MEIO-FIO

QUADRO DE MEIO-FIO							
LOCALIDADE/ LOGRADOURO	COORDENADAS (m)				MEIO-FIO C/ SARJETA(m) LADO A	MEIO-FIO C/ SARJETA(m) LADO B	ESCOVAÇÃO (m3)
	INICIO (E/N)		FIM (E/N)				
	ESTE (m)	NORTE (m)	ESTE (m)	NORTE (m)			
COMUNIDADE DO LAURO SODRÉ							
RUA PRINCIPAL	847580,6806	9906263,4466	846944,7299	9906446,9922	662,19	662,35	87,42
TOTAL					662,19	662,35	87,42



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ-PARÁ
Praça Coronel Horácio, 70 - CEP.: 68775-000

SERVIÇOS DE DRENAGEM SUPERFICIAL

PROJETO: LAURO SODRÉ DRENAGEM

CONTEÚDO: PLANTA BAIXA; DET.: MEIO FIO-PERFIL

COORDENADOR DE PROJETO: ANDERSON MARTINS

DATA: MARÇO/2026

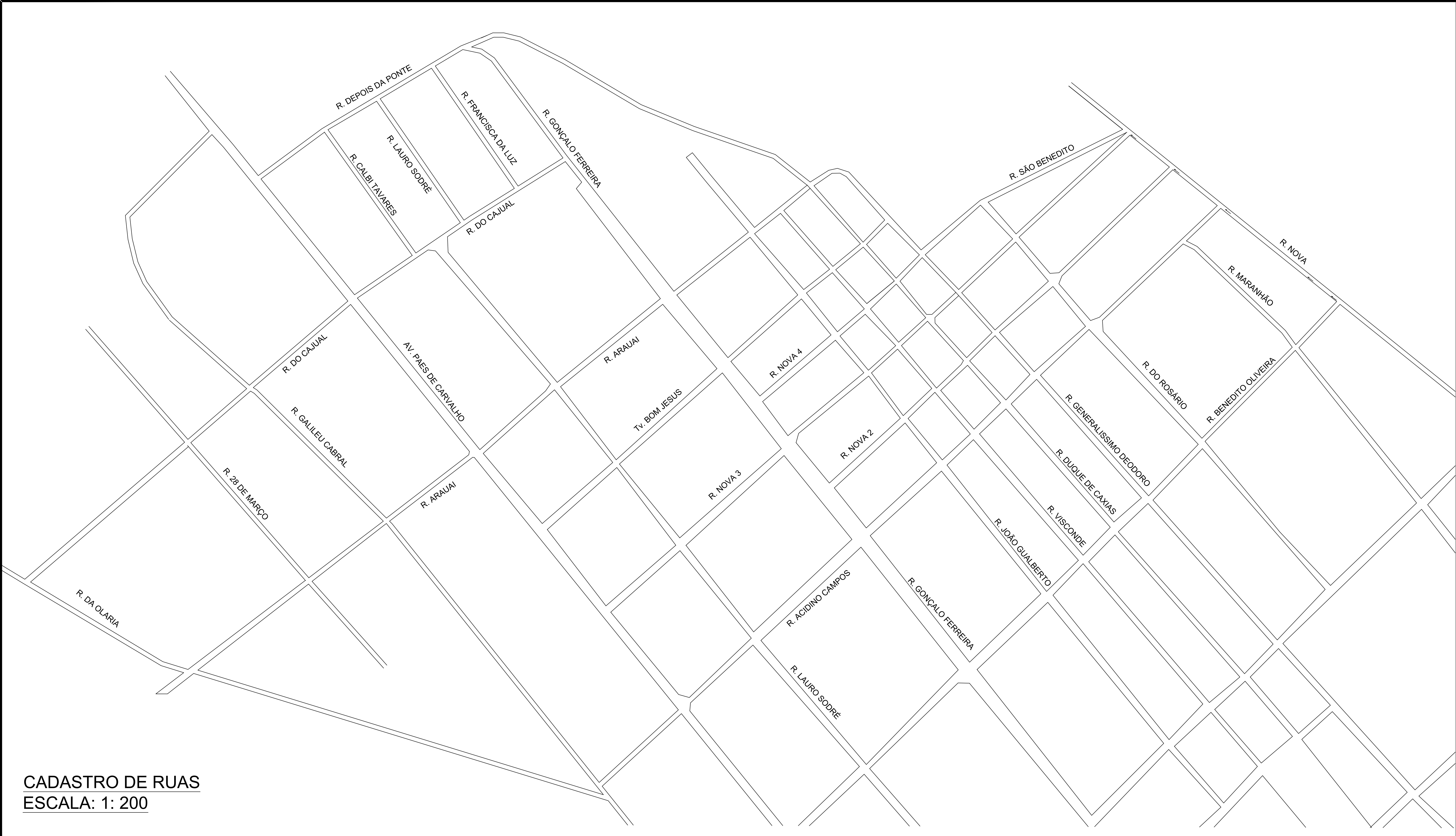
PRONCHA: DRE 01/01

ENDEREÇO DA OBRA: AV. SETE DE SETEMBRO CURUÇÁ-PARÁ CEP: 68.750-000

STATUS: ☒ EXECUTIVO ☐ APROVADO ☐ LIBERADO P/ OBRA

ESCALA: INDICADA

ENG. RESP. ART: ENG. VICTOR TADEU MODESTO BORGES



CADASTRO DE RUAS
ESCALA: 1: 200

LISTA DE RUAS CONSIDERADAS NO PROJETO - PARTE EM VERMELHO DO PROJETO

Nome da rua	-	Extensão da Rua
R. NOVA 4	-----	607 m
R. BENEDITO OLIVEIRA	---	376 m
R. MARANHÃO	---	464 m
R. VISCONDE	----	614 m
R. SÃO BENEDITO	---	323 m
R. FRANCISCA DA LUZ	---	210 m
R. ACIDINO CAMPOS	---	991 m

LISTA DE RUAS CONSIDERADAS NO PROJETO
PARTE EM AZUL DO PROJETO

Nome da rua	-	Extensão da Rua
R. DA OLARIA	-----	804 m
R. 28 DE MARÇO	-----	576 m
R. GALILEU CABRAL	-----	1.156 m
R. CAJUAL	-----	556 m
R. ARAUAI	-----	472 m

LISTA DE RUAS CONSIDERADAS NO PROJETO
PARTE EM VERMELHO DO PROJETO

Nome da rua	-	Extensão da Rua
R. ANTES DA PONTE	-----	361 m
R. CALBI TAVARES	-----	209 m
R. ARAUAI	-----	621 m
R. JOÃO GUALBERTO	----	771 m
R. LAURO SODRÉ	-----	1111 m
R. GONÇALO FERREIRA	---	1077 m
R. DO CAJUAL	----	338 m

LISTA DE RUAS CONSIDERADAS NO PROJETO
PARTE EM VERMELHO DO PROJETO

Nome da rua	-	Extensão da Rua
R. DUQUE DE CAXIAS	-----	1119 m
R. GENERALÍSSIMO	-----	604 m
TV. BOM JESUS	-----	623 m
R. DO ROSÁRIO	-----	745 m
R. NOVA	-----	980 m
R. NOVA 2	-----	632 m
R. NOVA 3	-----	958 m

Orientações técnicas relacionadas:

As ruas consideradas neste projeto foram listadas pela Prefeitura.

Foram considerados em conformidade com o escopo contratado 18 km de vias.

DATA: ABRIL/2026

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DRENAGEM SUPERFICIAL, MEIO FIO C/ SARJETA, EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO.

LISTA DE VIAS

Nº	BAIRRO	VIA	COORDENADAS GEOGRÁFICAS				DRENAGEM SUPERFICIAL		
			INICIAL		FINAL		MEIO-FIO E SARJETA		
			LATITUDE	LONGITUDE	LATITUDE	LONGITUDE	LADO A	LADO B	TOTAL
			S	W	S	W	m	m	m
1 COMUNIDADE DE MURAJÁ			SUB TOTAL				2.192,34		
		TV. MARIA DA GLÓRIA	840590,3678	9912874,58	839562,234	9913055,718	947,73	1.059,20	2.006,93
		RUA CAP. ESTEVÃO	839562,234	9913055,718	839568,4505	9913154,363	92,99	92,42	185,41
2 COMUNIDADE DE PIQUIATEUA			SUB TOTAL				2.256,14		
		RUA PRINCIPAL	846803,2093	9914365,943	847330,4929	9913419,95	1.129,19	1.126,95	2.256,14
3 COMUNIDADE DE BOA VISTA DE IRIRITEUA			SUB TOTAL				2.488,16		
		RUA 1	852176,4132	9913741,754	852407,3759	9913481,953	352,94	350,21	703,15
		RUA 2	852095,2741	9913663,629	852361,746	9913216,246	537,69	421,88	959,57
		RUA 3	852095,2741	9913663,629	852176,4132	9913741,754	110,27	97,08	207,35
		RUA 4	852152,1791	9913608,764	852231,181	9913678,15	99,73	98,94	198,67
		RUA 5	852246,503	9913501,168	852322,4261	9913573,208	98,63	98,68	197,31
		RUA 6	852327,2023	9913408,397	852407,3759	9913481,953	98,98	123,13	222,11
4 COMUNIDADE DE LIVRAMENTO			SUB TOTAL				1.914,47		
		RUA PRINCIPAL	854016,5307	9913808,862	853719,3466	9914693,715	958,78	955,69	1.914,47
5 COMUNIDADE DE ITAJUBA			SUB TOTAL				1.935,11		
		RUA PRINCIPAL	854862,9681	9914399,108	855324,2607	9913922,242	679,32	666,61	1.345,93
		RUA 1	854862,9681	9914399,108	854893,133	9914436,886	49,57	47,12	96,69
		RUA 2	855052,2949	9914270,662	855096,4098	9914317,797	60,67	63,22	123,89
		RUA 3	855153,7727	9914151,625	855220,7342	9914202,023	79,97	81,66	161,63
		RUA 4	855250,9063	9914029,388	855333,1376	9914098,206	102,52	104,45	206,97
6 COMUNIDADE DE COQUEIRO			SUB TOTAL				1.549,59		
		RUA PRINCIPAL	854925,0239	9917164,569	854550,4348	9917205,247	387,95	369,89	757,84
		RUA DA ORLA	854550,4348	9917205,247	854562,6566	9917324,626	120,52	110,74	231,26
		RUA 1	854675,978	9917189,469	854686,9931	9917299,106	106,99	107,72	214,71
		RUA 2	854805,9365	9917179,336	854816,8093	9917272,907	91,00	91,96	182,96
		RUA 3	854925,0239	9917164,569	854931,1166	9917250,069	80,04	82,78	162,82
7 COMUNIDADE DE PONTA DE RAMOS			SUB TOTAL				2.033,48		
		RUA PRINCIPAL	854819,8677	-81743,7383	854819,8677	-81743,7383	514,27	498,93	1.013,20
		RUA DA ORLA	854819,8677	-81743,7383	854334,2771	-81863,1181	88,77	81,59	170,36
		RUA 1	854472,6434	-81919,4253	854448,8481	-81825,6762	90,93	90,05	180,98
		RUA 2	854594,6159	-81855,6159	854580,166	-81772,1721	76,24	79,72	155,96
		RUA 3	854334,2771	-81863,1181	854580,166	-81772,1721	256,66	256,32	512,98
8 COMUNIDADE DE ARANQUAIM			SUB TOTAL				1.312,89		
		RUA PRINCIPAL	860221,1242	9920870,682	860019,8784	9921495,025	658,20	654,69	1.312,89
9 COMUNIDADE DE CARATATEUA			SUB TOTAL				856,83		
		RUA DE BAIXO DA ORLA	859281,41	-74023,8023	859334,8623	-73595,7604	426,06	430,77	856,83
10 COMUNIDADE DE LAURO SODRÉ			SUB TOTAL				1.324,54		

DATA: ABRIL/2026

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DRENAGEM SUPERFICIAL, MEIO FIO C/ SARJETA, EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO.

LISTA DE VIAS

Nº	BAIRRO	VIA	COORDENADAS GEOGRÁFICAS				DRENAGEM SUPERFICIAL		
			INICIAL		FINAL		MEIO-FIO E SARJETA		
			LATITUDE S	LONGITUDE W	LATITUDE S	LONGITUDE W	LADO A m	LADO B m	TOTAL m

		RUA PRINCIPAL	847580,6806	9906263,447	846944,7299	9906446,992	662,19	662,35	1.324,54
--	--	---------------	-------------	-------------	-------------	-------------	--------	--------	----------

11 COMUNIDADE DE MARAUÁ			SUB TOTAL				1.075,05		
		RUA PRINCIPAL	847887,1612	9902846,005	847727,2408	9902887,868	165,12	168,38	333,50
		RUA 1	847727,2408	9902887,868	847726,7301	9903100,113	216,06	206,78	422,84
		RUA 2	847726,7301	9903100,113	847565,7382	9903098,178	162,38	156,33	318,71

12 COMUNIDADE DE SÃO PEDRO			SUB TOTAL				1.351,44		
		RUA 1	849833,218	9908736,745	849845,5431	9908898,778	160,03	162,44	322,47
		RUA 2	849746,6307	9908734,602	849745,9808	9908905,946	165,87	168,72	334,59
		RUA 3	849834,0329	9908790,747	849606,1126	9908809,238	213,15	212,35	425,50
		RUA 4	849744,712	9908867,916	849605,7239	9908873,637	134,18	134,70	268,88

10.175,59	10.114,45	20.290,04
-----------	-----------	-----------

Peso Específico = 2,40 ton/m³

VICTOR TADEU MODESTO
BORGES:01288645244

Assinado de forma digital por VICTOR
TADEU MODESTO BORGES:01288645244

Eng. VICTOR TADEU MODESTO BORGES
ENGENHEIRO CIVIL – RESPONSÁVEL TÉCNICO
CREA: 151872628-3 PA



GOVERNO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE



DATA: ABRIL/2026

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DRENAGEM SUPERFICIAL E PASSEIO DE CALÇADA PARA EXECUÇÃO DE CALÇADAS, COM ACESSIBILIDADE, MEIO FIO E SARJETA, EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO.

LISTA DE VIAS

Nº	BAIRRO	VIA	PERÍMETRO		DIMENSÕES PREVISTAS			DRENAGEM SUPERFICIAL			PAVIMENTAÇÃO - CALÇADA				
					EXTENSÃO	LARGURA	ÁREA	MEIO-FIO E SARJETA			CALÇADA			TRANSPORTE	
			INICIAL	FINAL				LADO A	LADO B	TOTAL	LARG.	COMP	ÁREA	D.M.T.	TOTAL
					m	m	m²	m	m	m	M	M	M²	km	M³ x km
1		RUA LAURO SODRÉ	RUA NOVA 3	RUA CAJUAL	949,00		0,00	949,00	949,00	1.904,00	1,50	1.904,00	2.856,00	6,00	11.424,00
2		RUA GONÇALO FERREIRA	TV. ACINDINO CAMPOS	TV. ARAUAÍ	1.021,00			1.021,00	1.021,00	2.048,00	1,50	2.048,00	3.072,00		
3		RUA JOÃO GUALBERTO	TV. ACINDINO CAMPOS	TV. ARAUAÍ	722,00			722,00	722,00	1.450,00	1,50	1.450,00	2.175,00		
4		RUA VISCONDE	TV. ACINDINO CAMPOS	TV. ARAUAÍ	565,00			565,00	565,00	1.130,00	1,50	1.130,00	1.695,00		
5		RUA DUQUE DE CAXIAS	TV. ACINDINO CAMPOS	TV. ARAUAÍ	1.070,00										
6		RUA GENERALÍSSIMO DEODORO	TV. ACINDINO CAMPOS	TV. ARAUAÍ	555,00					0,00					
7										0,00					
8										0,00					
										0,00			0,00		

TOTAL GERAL

4.882,00

0,00

3.257,00

3.257,00

6.532,00

6.532,00

9.798,00

11.424,00

Peso Especifico = 2,40 ton/m³

VICTOR TADEU MODESTO
BORGES:01288645244

Assinado de forma digital por
VICTOR TADEU MODESTO
BORGES:01288645244

Eng. VICTOR TADEU MODESTO BORGES
ENGENHEIRO CIVIL – RESPONSÁVEL TÉCNICO
CREA: 151872628-3 PA

Prefeitura Municipal de Curuçá
Praça Coronel Horácio, nº. 70 - Curuçá - PA, CEP: 68.750 - 000.
CNPJ: 05.171.939/0001-32